

Pedra & Cal

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Ano XI - N.º 44 Outubro/Novembro/Dezembro 2009 - Publicação trimestral - Preço € 5,00 (IVA incluído)

As Crianças e o Património

REFLEXÕES
20.º aniversário da Convenção das
Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

PREVENÇÃO & SEGURANÇA
As crianças e o parque edificado



JOGO CAÇA AO TESOURO PARA OS MAIS PEQUENOS



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.



É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Lançando mão dos recursos que possui e tirando partido da experiência acumulada e das iniciativas de desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico que promove internamente, a Monumenta encontra-se apta a aplicar soluções técnicas pouco intrusivas, como:

- Consolidação de alvenarias antigas por injeção de caldas de diversa natureza;
- Execução de tirantes e pregagens para reforço estrutural;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

- 1 - Consolidação de alvenarias antigas
- 2, 3 - Rebocos e refechamento de juntas em alvenarias antigas (antes e depois)
- 4 - Reparação localizada de elementos de cantaria
- 5 - Reparação selectiva de estruturas de madeira (colocação de próteses)

A Monumenta é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Lda., a Oz, Lda., a Stap, SA e a Tecnocrete, Lda.



R. Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dt.º 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 593 361 Fax.: 213 153 659

info@monumenta.pt
www.monumenta.pt

Tema de Capa:

As Crianças e o Património

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 44 Outubro/Novembro/Dezembro 2009

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.
1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

Director: Vítor Cóias

Coordenação: Joana Gil Morão

Conselho redactorial: Alexandra Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Cátia Teles e Marques, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice da Costa Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número: Alexandra Cerveira Lima, A. Jaime Martins, António Pereira Coutinho, Cybèle Celestino Santiago, David Llanos, Elisabete Conceição, Fátima de Llera, Filipe Ferreira, Helena de Gubernatis, João Pedro Tereso, José Aguiar, José Maria Amador, Madalena Rodrigues, Marta Mendes, Marta Miranda, Paulo Oliveira, Regis de Souza Barbosa, Rita Canavarro, Rita Gaspar, Rosa Jardim, Rosário Azevedo, Rui Vieira Nery, Sara Barriga, Sara Eloy, Susana Gomes da Silva, Vítor Cóias

Design gráfico e produção:

Canto Redondo - Edição e Produção, Ld.ª

Rua Cândido dos Reis, 5 - R/C Dt.º

2700 - 142 Amadora

E-mail: geral@cantoredondo.eu

Publicidade:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão: Be Profit

Avenida das Robineas, n.º 10 - Rinchoa

2635 - 545 Rio de Mouro

Distribuição: VASP, S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ERC: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

Capa



Visita à Cerca Conventual do Mosteiro de São Martinho de Tibães. Crianças do jardim-de-infância a subirem o escadório. Fotografia: Mosteiro de São Martinho de Tibães.

EDITORIAL 2

SÓCIOS APOIANTES 3

REFLEXÕES 4

Crianças e Património

(Helena de Gubernatis)

Um piscar de olhos ao património

(Rita Canavarro, Sara Barriga)

PATRIMÓNIO PARA MIÚDOS 10

O Parque Arqueológico do Vale do Côa

(Alexandra Cerveira Lima, Marta Mendes, Rosa Jardim)

A Arqueologia e a Ecologia A interdisciplinaridade como modelo de ciência e de divulgação

(João Pedro Tereso, Rita Gaspar)

Viajar no tempo através do património histórico e arqueológico do concelho de Mafra

(Marta Miranda)

Mosteiro de São Martinho de Tibães Serviço de Educação e Comunicação

(Paulo Oliveira)

Conservação e restauro dos revestimentos da Igreja do Espírito Santo - Arronches

(Madalena Rodrigues, David Llanos, Fátima de Llera)

Património e acção educativa no Programa Gulbenkian Educação para a Cultura

(Rui Vieira Nery, Rosário Azevedo, Susana Gomes da Silva)

As crianças e o património: algumas experiências no Brasil

(Cybèle Celestino Santiago)

PREVENÇÃO & SEGURANÇA 28

As crianças e o parque edificado

(Sara Eloy)

PROJECTOS & ESTALEIROS 30

Conservação e restauro do pórtico central, grupo escultórico e escadaria da Via Latina no Paço Real das Escolas da Universidade de Coimbra

Uma intervenção muito pouco
intrusiva num edifício emblemático

(Filipe Ferreira)

Conservação e restauro do pórtico central, grupo escultórico e escadaria da Via Latina no Paço Real das Escolas da Universidade de Coimbra

O material pétreo

(Madalena Rodrigues,

David Llanos, Fátima de Llera)

CARTAS & CONVENÇÕES 34

Declaração de Taormina Salvemos a memória e a identidade da Europa

LEGISLAÇÃO 36

Mecanismos de responsabilização em conservação e restauro de bens culturais

(José Maria Amador)

PERFIL DE EMPRESA 39

Tintas Robbialac, S. A.

AS LEIS DO PATRIMÓNIO 40

A selecção de empreiteiros para a reabilitação do património histórico-artístico

(A. Jaime Martins)

NOTÍCIAS 41

AGENDA 43

VIDA ASSOCIATIVA 44

LIVRARIA 47

e-pedra e cal 49

Esperança (ou a arte de ver muitos filmes)

(António Pereira Coutinho)

ASSOCIADOS GECORPA 50

PERSPECTIVAS 52

Terrorismo regulamentar

(José Aguiar)

CAÇA AO TESOURO DESCOBRIR O TEU PATRIMÓNIO

Um jogo divertido para toda a
família nas páginas centrais!

A autoria do "Alex", a personagem que
ilustra os artigos sobre o tema de capa,
pertence a João Carlos Farinha, a quem
agradecemos a cedência das imagens.





Os mi6udos e o futuro – o poder do exemplo

*Terra t6o linda com her6is t6o grandes,
Bom Sol universal localizado
Pelo melhor calor que aqui expandes,
Calor suave e azul s6o a n6s dado.*

*Tanta beleza dada e gl6ria ida!
Tanta esperan7a que, depois da gl6ria,
S6o conhecem que 6 f6cil a descida
Das encostas an6nimas da hist6ria!*

Fernando Pessoa, excerto de *Elegia na Sombra*, 1935

As futuras gera76es s6o constitu6das pelos nossos filhos e netos e os seus descendentes. Teoricamente, todos desejamos para eles um mundo melhor. Todos sabemos, no entanto, que esse ser6 um mundo mais competitivo e exigente, quer no plano interpessoal, quer no plano internacional. Num e noutro plano, o sucesso passa pela deten76o de recursos e pela capacidade de os rentabilizar, de modo eficaz e sustent6vel, criando condi76es que permitam uma vida saud6vel, digna e produtiva para todos.

Em Portugal, os principais recursos dispon6veis s6o, em primeiro lugar, os humanos, ou seja, n6s pr6prios e a nossa capacidade de criar riqueza; em segundo lugar, o nosso patrim6nio natural e cultural, isto 6, a heran7a que recebemos da gera76o anterior. Deixando de lado o bom aproveitamento dos recursos humanos (sobre o qual, obviamente, muito t6mbem haveria a dizer), e olhando apenas para o nosso patrim6nio, h6 uma quest6o b6sica sobre a qual 6 preciso reflectir:

Est6o os “crescidos” de hoje a gerir devidamente a heran7a – o *Patrim6nio Natural* e o *Patrim6nio Cultural* – que receberam da gera76o anterior e que lhes compete deixar aos “mi6udos”? Por outras palavras: o uso que fazem desse patrim6nio, os adultos de hoje, 6 sustent6vel, evitando delapid6-lo e desvaloriz6-lo?

A resposta 6, infelizmente, negativa. *Teoricamente*, todos os “crescidos” desejam para os “mi6udos” um mundo melhor, com o direito a usufru6rem, por seu turno, do patrim6nio natural e cultural que pertence a todos e a cada gera76o de portugueses. Mas, na pr6tica, as suas atitudes e comportamentos v6o em sentido contr6rio. Basta olhar 6 volta: artifi-

cializa76o galopante dos melhores lugares da orla costeira com urbaniza76es e *resorts*, explora76o de pedreiras em parques naturais para fabricar cimento, extrac76o de areia dos rios e lagos para mais constru76es, destrui76o de montado para construir campos de golfe, destrui76o de habitats e de ecossistemas com a constru76o de mais auto-estradas e mais barragens... Isto, no que toca ao patrim6nio natural. No que toca ao patrim6nio cultural, o abandono e decad6ncia da cidade antiga, de que o “melhor” exemplo 6 a pr6pria capital do Pa6s... A descaracteriza76o dos centros hist6ricos com constru76es esp6rias, abandono dos monumentos e s6tios ou a sua deteriora76o por interven76es mal concebidas ou mal executadas.

A cupidez e gan6ncia dos “crescidos” de hoje, n6o s6o desvaloriza e delapida o patrim6nio, como contribui, pelo mau exemplo, para que os “mi6udos” de hoje, ao chegarem a adultos, n6o sejam, eles pr6prios, deposit6rios respons6veis desse patrim6nio.

6 claro que h6 bons exemplos e “crescidos” respons6veis. Mas n6o existem em n6mero suficiente para influenciarem uma sociedade que h6 muito resvala pelas *encostas an6nimas da hist6ria*: ou s6o demasiado “sensatos” para tentarem mudar o mundo 6 sua volta, ou remam contra a corrente avassaladora da mediocridade e do facilitismo. Aos “crescidos” que remam contra a mar6 e, sobretudo, aos “mi6udos”, se dedica este exerc6cio da *Pedra & Cal*. Aos primeiros, esperando que a sua abnega76o e persist6ncia consiga reunir finalmente a massa cr6tica necess6ria 6 mudan7a; aos segundos, esperando que venham a constituir uma gera76o mais respons6vel e inteligente do que a actual.

V6tor C6ias

Os sócios apoiantes são a base do sucesso do GECORPA

O GECORPA manifesta o seu reconhecimento aos sócios apoiantes, cuja continuada dedicação tem permitido avançar na defesa da qualidade na conservação do património arquitectónico e na reabilitação das construções existentes.



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

**MONUMENTA – Conservação e
Restauro do Património, Ld.^a**
monumenta@monumenta.pt
www.monumenta.pt



SOMAFRE - Construções, S. A.
mail@somafre.pt . www.somafre.pt



Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas. S.A.

**STAP - Reparação, Consolidação
e Modificação de Estruturas, S. A.**
info@stap.pt . www.stap.pt



**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**

Com mais de 20 anos de experiência e detentora do estatuto de “Gestor Geral da Qualidade” da Marca de Qualidade LNEC e da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2008), a Oz está em condições de prestar um conjunto de serviços de elevada especificidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação. Entre estes serviços destacam-se: inspecção e ensaios *in situ*, não destrutivos ou reduzidamente intrusivos, visando o diagnóstico das anomalias das construções em geral; monitorização de parâmetros da performance das estruturas; levantamento estrutural de construções antigas e recentes (geometria, constituição e propriedades mecânicas); avaliação da segurança sísmica das construções existentes; modelação estrutural; revisão de projectos; estudos de reabilitação energética de edifícios; planos de manutenção; formação na área da reabilitação (acreditação DGERT).

**OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo
de Qualidade em Estruturas e Fundações, Ld.^a**
R. Pedro Nunes, n.º 45 - 1.º E . 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 . Fax: 213 153 550
ger@oz-diagnostico.pt . www.oz-diagnostico.pt

**As empresas apoiantes são divulgadas na *Pedra & Cal* e no sítio de Internet do GECORPA.
Torne-se sócio apoiante e conheça todas as vantagens, contactando o GECORPA.**

E-mail: info@gecorpa.pt Tel.: 21 354 23 36 Fax: 21 315 79 96

Crianças e Património

Na celebração do 20.º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, a 20 de Novembro, a associação entre Crianças e Património é inevitável – porque o mais importante património da criança é constituído pelos seus direitos, e porque as crianças são o património das sociedades. As crianças são o nosso melhor capital e deveriam ser o sujeito do melhor investimento dos Estados, pois serão, também, os adultos de amanhã e é nelas que reside, em potência, a sustentabilidade das nações.



(C) UNICEF/HQ01-0993/Stevie Mann

Sudão, 2001.

OS PATRIMÓNIOS DA CRIANÇA

Falar de crianças e património requer uma abordagem à luz dos direitos humanos, cujo carácter universal transcende todas as fronteiras e permite transpor o relativismo cultural que pactua com tantos atropelos... Todas as crianças nascem com direitos – desde logo, o direito a um nome e a uma nacionalidade, elementos estruturantes da sua identidade e garantia do reconhecimento da sua existência, situando-as numa família de origem, a sua primeira referência, e potenciando o seu acesso aos serviços básicos de saúde, à escolaridade e à protecção no contexto da família, da comunidade e da sociedade. No entanto, sabemos que, anualmente, o nascimento de 51 milhões de crianças continua a não ser registado – crianças

virtualmente invisíveis devido à pobreza, à ignorância, ao isolamento, aos perigos da distância...

O primeiro património das crianças é o seu património genético, transmitido pela mãe e pelo pai, e implica falar do direito à saúde e à nutrição: é o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida, o sal iodado e a Vitamina A, mas, também, a prevenção da transmissão do VIH de mãe para filho, os cuidados especiais para com as crianças portadoras de deficiência, a imunização contra as principais doenças evitáveis da infância que continuam a causar a morte de milhões de crianças – em pleno século XXI, quando as vacinas são já um dado adquirido nos países industrializados...

Mas falar dos direitos é também falar

da sua ausência, ou seja, do desrespeito de que estes são alvo e que compromete, não só a sobrevivência, como o desenvolvimento pleno da criança e de todas as suas potencialidades. Sendo inegável que a vulnerabilidade é uma característica da infância, a sua protecção deve também ser reconhecida como um imperativo. Essa é uma responsabilidade colectiva, de todos nós: começa na família, mas não se esgota nela, estende-se à comunidade, requer sempre o apoio do Estado e o envolvimento da sociedade civil.

UM AMBIENTE PROTECTOR

Trata-se da responsabilidade pela construção de um ambiente protector para as crianças, que tenha em conta o interesse superior da criança, independentemente da sua origem social, etnia, cor da pele, sexo e religião – em situações de emergência por catástrofe ou conflito, mas, também, nos contextos aparentemente mais pacíficos: no seio da família, na escola, nas instituições de acolhimento ou de detenção, no contexto laboral, para que não sejam submetidas a maus-tratos, negligência, exploração; tenham acesso a cuidados básicos de saúde e nutrição, água e saneamento; possam ser acolhidas pela sua família alargada quando as circunstâncias as separam dos seus pais e até ser possível reuni-los de novo, a salvo do tráfico e do recrutamento forçado; para que possam continuar a aprender e a brincar; para que se sintam

seguras e recuperem algum sentido de normalidade nas suas vidas... E não podemos esquecer os cerca de 15 milhões de órfãos de SIDA, que perderam um ou ambos os pais devido à pandemia.

Assim, falar de identidade e de protecção é também falar de raízes e de memória, logo falar em património – natural, edificado, cultural – e no seu conhecimento, o que pressupõe o acesso à educação, um direito de todas as crianças, raparigas e rapazes, mas que ainda está longe de ser uma realidade em todos os países. Anualmente, dos 101 milhões de crianças que não frequentam a escola primária, a maior parte é constituída pelas raparigas, que são impedidas de ir à escola devido ao preconceito de se considerar que a elas cabe a realização das tarefas domésticas e o acompanhamento dos irmãos mais novos, e que a sua instrução é dispensável – o que fomenta a desigualdade de género e deixa as raparigas mais expostas a abusos, como o casamento na infância e a mutilação genital feminina, para citar apenas duas das práticas nefastas que a UNICEF combate há décadas.

As raparigas são, pois, as primeiras crianças a abandonarem a escola ou a serem privadas de frequentá-la. No entanto, os progressos alcançados em várias partes do mundo demonstram que a educação das raparigas tem um efeito multiplicador que transcende a sua própria geração. Efectivamente, uma rapariga instruída tem mais probabilidades de casar mais tarde, planear as suas gravidezes, cuidar melhor da alimentação dos seus filhos, querer protegê-los através da vacinação e promover a sua escolarização. No direito à educação reside a chave do desenvolvimento das sociedades e também a garantia do respeito pelo respectivo património. Por essa razão, a



Peru, 2000.

UNICEF defende a abolição das propinas, a criação de instalações sanitárias diferenciadas e a sensibilização das famílias para o investimento na educação dos seus filhos.

DIREITO ÀS RAÍZES

De entre os grandes riscos que as crianças enfrentam, o desenraizamento é um dos mais nefastos, quando, em situação de catástrofe ou conflito



Bangladeche, 2000.




(C) UNICEF/NYHQ2007-0084/josh Estey

Indonésia, 2007.

armado, se vêm forçadas a abandonar as suas casas e procurar refúgio, quando as escolas que frequentam são destruídas, quando são recruta-

das à força para travar as guerras dos adultos. Nesse sentido, a UNICEF tem promovido a desmobilização das crianças-soldado e a sua

reintegração nas famílias e comunidades para resgatar a sua infância e o seu futuro. A criança tem também direito a ser ouvida em tudo o que afecta a sua vida – a expressar a sua opinião, a participar na vida da sua comunidade, a ver respeitada a sua privacidade. O que supõe falar de escala ou à escala da criança: abordar o património existente de modo a aproximá-lo da criança, para que dele possa desfrutar, estimulando a interacção, e sensibilizando-a para que fomente a sua conservação de que irão beneficiar as gerações vindouras, sem esquecer de alertar para o importante papel das crianças na prevenção do agravamento das alterações climáticas à escala global. Mas é, também, pensar o património a construir como espaço inclusivo dos seus direitos, através das dimensões, da luz, da segurança, da funcionalidade, da pedagogia. A UNICEF tem vindo a promover, ao longo dos anos, modelos que sejam acolhedores para a infância, como as Cidades Amigas da Criança e os Hospitais Amigos dos Bebés, que aplicam de raiz os princípios consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança e podem ser replicados consoante os contextos. À primeira vista, poderia parecer frívolo falar de usufruto cultural por parte das crianças quando as suas necessidades básicas ainda não estão asseguradas. No entanto, é possível fazê-lo através de uma abordagem integrada e inclusiva, à luz dos direitos humanos, que se conjuga no gerúndio e garante o desenvolvimento sustentável que todos desejamos. 

A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

A **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança** foi adoptada a 20 de Novembro de 1989 pela Assembleia-Geral da ONU e ratificada por todos os Estados do mundo, excepto dois (os Estados Unidos e a Somália). É o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado da História, tendo força de lei, e está assente em quatro pilares: a não-discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e o desenvolvimento, e a opinião da criança. Os seus 54 artigos repartem-se por quatro categorias de direitos, relacionados com a sobrevivência, o desenvolvimento, a protecção e a participação da criança. Portugal ratificou esta Convenção a 21 de Setembro de 1990.

UNICEF

O **Fundo das Nações Unidas para a Infância** dedica-se, desde 1946, à causa das crianças no mundo e rege a sua actividade pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Tem sede em Nova Iorque, um escritório em Genebra, cinco escritórios regionais e escritórios de campo em todos os continentes, estando a trabalhar no terreno em mais de 150 países e territórios. A UNICEF faz ouvir a sua voz nos países industrializados através de 36 Comités Nacionais, cuja missão é sensibilizar para a Convenção e os direitos da criança, angariar fundos para os projectos de desenvolvimento a médio ou longo prazo e responder a situações de emergência nos países em desenvolvimento, através de campanhas e da venda dos seus cartões e produtos. É a única agência da ONU financiada exclusivamente por contribuições voluntárias de indivíduos, empresas, fundações e governos. O Comité Português para a UNICEF existe desde Abril de 1979.

HELENA DE GUBERNATIS,
Assessora de Comunicação
UNICEF Portugal
www.unicef.pt

Um piscar de olhos ao património

A questão de base deste artigo começou por ser o porquê da importância do património para as crianças. Numa publicação dirigida a profissionais de reabilitação, conservação e gestão de património, esta é uma pergunta com uma resposta quase “infantil”: porque sim. Para nós, profissionais, o património... simplesmente faz sentido.



Actividade para os três e quatro anos no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, 2009.

O património é o nosso dia-a-dia, é natural, familiar; para nós mesmos e para os outros, consideramo-lo um factor de instrução, de enriquecimento pessoal, de prazer, de investimento. Mas falar de património e de crianças pressupõe, à partida, uma noção nem sempre clara ou diariamente

presente na mente dos profissionais: a de que esse mesmo património deve estar ao dispor das crianças, de que ele existe para ser partilhado, para ser vivido e usufruído. São, por isso, as formas dessa apresentação, de como se constrói e melhora a zona de contacto entre património e

públicos, que estarão em análise. Para tal, iremos falar da prática dos serviços educativos e de mediação cultural enquanto agentes promotores desse encontro fascinante com o objecto, seja ele uma colecção, um edifício ou, até, a memória de um evento, de um local ou personagem.

Actualmente, e na maioria dos museus e sítios de património portugueses, de pequenas dimensões e com colecções de âmbito regional e local, a maior fatia de público é escolar, ou seja, crianças até ao 9.º ano (o ensino secundário é menos frequente). Para além deste, há uma vontade, continuamente expressa, dos museus se abrirem às suas comunidades mais alargadas, e é nesse sentido que vemos surgir uma atenção especial para com as famílias.

Mas não basta estar pronto para receber crianças e jovens, é preciso tornar estes ambientes mais propícios e motivadores para aprendizagem e fruição. É necessário conceber actividades que contenham em si uma série de boas práticas.

A primeira delas tem a ver com a noção de que os museus e sítios de património são espaços de educação não formal, de formação ao longo da vida. Se aceitarmos que em todos os



Ateliês de Verão no Palácio da Ajuda, 2008.



Visita, durante os ateliês das férias de Verão, no Palácio da Ajuda, 2008.



Visita-jogo no Palácio da Ajuda, exposição Hermitage.

momentos da vida estamos a aprender, a fazer sentido do que nos rodeia, a construir concepções do mundo, dos outros e de nós mesmos, então, perante um monumento, estes processos não só não cessam como podem ser estimulados. É frequente pais e professores surpreenderem-se com os conhecimentos e o entusiasmo das crianças em visita a sítios e museus. Isto acontece porque, ali, a história e a arte ganham vida, e a presença concreta e palpável do edifício ou das colecções permite associar imagens, cheiros, sensações a ideias que, assim, são dotadas de novos sentidos. Uma coisa é aprender sobre a arte gótica, outra é entrar no Mosteiro da Batalha e deixar-se fascinar pela escala do edifício, passar os dedos pelo rendilhado arquitectónico ou sentir a frescura dos claustros num dia de Verão.

Dois outros aspectos devem, ainda, ser tidos em conta nas actividades de mediação para jovens: o lado lúdico e a natureza aberta destas experiências.

O jogo é um instrumento poderoso na aprendizagem, nem sempre presente nas práticas curriculares académicas, por diversas razões. O jogo motiva-nos. Através dele, ficamos

mais disponíveis para aprender. O faz-de-conta permite às crianças simular situações reais ou virtuais, enfrentar limites, dar o seu melhor. No contexto do jogo, elas excedem-se devido à sensação de estarem num ambiente controlado (porque criado por elas), que não comporta risco ou cujo risco é limitado. Por outro lado, o desafio inerente mobiliza-as, focaliza a atenção e promove o pensamento (lógico, criativo, crítico e divergente).

Sendo assim, no contexto de espaços de educação não formal, o outro aspecto fundamental é o seu potencial para desenvolver competências transversais psicomotoras que não se restringem ao conhecimento de um determinado edifício e da sua história. Estas propostas vão mais longe ainda, ao desafiar os jovens para a convocação e a transferência de competências que trazem de outras áreas de formação. Por outro lado, tais actividades estruturam-se a partir da construção activa de conhecimentos, ao contrário de modelos clássicos de ensino-aprendizagem do tipo transmissivo. Aqui, a criança encontra-se no centro do processo. É a sua participação como agente activo, detentor de conhecimentos prévios que neces-

sariamente traz para cima da mesa, que determina e molda a experiência vivida. O papel do professor, do pai ou do mediador é o de orientar e facilitar o raciocínio, moderar o fluxo de ideias, colocar novas questões que ponham o processo em marcha; mas o enredo só avança com o contributo dos jovens presentes. Assim, é fácil entender que estas actividades fomentem o hábito de pensar; desenvolvam um espírito inquiridor; a atitude crítica; a curiosidade intelectual e a descoberta autónoma; o equacionar de novos pontos de vista; o levantamento e resolução de problemas, de modo a negociar posições, a avançar e recuar. Permite, ainda, tornar conscientes as próprias estratégias de compreensão usadas.

Por fim, uma das ideias-chave na construção de ambientes propiciadores de aprendizagem e apelativos em contexto de património é a noção de que qualquer vivência do património é uma experiência complexa e interactiva, que conjuga (pelo menos) três dimensões:

- **um contexto físico** – o monumento ou colecção em si, e todo o manancial de informação à volta deles (esta continua a ser a maior preocupação dos profissionais da conservação e gestão


do património), mas também o espaço e condições físicas da envolvente e as condições de usufruto desse espaço oferecidas ao visitante;

• **um contexto social** – onde cabem todas as relações que se estabelecem na visita com amigos e colegas, professores, pais, mas, também, com funcionários e outros visitantes. Deste modo, toda a aprendizagem resulta de um sentido dado ao património que é partilhado e mediado pelo grupo, que é construído no seio dele e da teia de relações que se estabelecem entre os membros. Não há uma visão única do objecto, mas um somatório de perspectivas que, eventualmente, formará uma história partilhada por todos;

• **um contexto pessoal** – não obstante o sentido colectivo, todos nós, e as crianças, por maioria de razão, chegamos a um museu com uma série de referentes, de conhecimentos prévios, de pré-conceitos que são o conjunto de experiências de vida. É a bagagem cultural, educacional e formativa, afectiva; os modos preferidos de aprender; as expectativas e imagens prévias que se constroem da visita. Tudo isto, ao contrário dos blusões e mochilas, não fica no bengaleiro, é trazido para dentro e condiciona a nossa forma de viver aquele espaço, aquela situação.

É a partir da noção da presença destes contextos e das ideias anteriormente abordadas que se estruturam expe-

riências de aprendizagem significativas, concretas, sedutoras, e que irão perdurar na memória dos jovens. Nenhum encontro entre uma criança e o património é igual; é sempre uma primeira vez, uma situação em aberto cujo sentido gerado pode ser totalmente independente dos objectivos curriculares traçados e cujas repercussões saem, necessariamente, para fora do espaço e do tempo do museu ou monumento.

O papel da acção educativa não é o de mera tradução e descodificação das mensagens e conceitos, mas o da construção de redes partilhadas de significados, zonas onde se encontram os indivíduos, os objectos e as ideias, e se desenham e negociam sentidos para o mundo que nos rodeia. Nesse sentido, os serviços educativos ajudam a forjar processos de lazer e de aprendizagem não formal, contribuindo para o desenvolvimento das competências cognitivas, críticas, expressivas e emotivas das crianças. Mas o papel do serviço educativo vai muito além das tradicionais visitas guiadas para o público escolar. As actividades que oferece têm por finalidade mediar e potenciar a experiência com o património transformando-a em conhecimentos, saberes e emoções. A mediação e a educação entram de mãos dadas neste processo de formação que visa o desenvolvimento pessoal e, num sentido mais lato, da própria comunidade e da sua identidade. 

I.MUSE ASSOCIAÇÃO EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO NA CULTURA

A **i.muse** é uma organização que presta serviços na área da Educação e Mediação com públicos em museus, monumentos, sítios, teatros e outras instituições culturais. Constituiu-se, muito recentemente, em Novembro de 2009, por iniciativa e a partir da experiência de Sara Barriga e Rita Canavarro, e pretende ser uma referência neste sector. Para além dos percursos profissionais independentes de ambas, estas duas profissionais contavam já com a coordenação conjunta do bem-sucedido serviço educativo da exposição do Museu Hermitage na Galeria de Pintura D. Luís, no Palácio da Ajuda, onde regressaram recentemente para montar o programa de extensão cultural da exposição “Obras de Referência dos Museus da Madeira”, aberta ao público até 28 de Fevereiro de 2010.

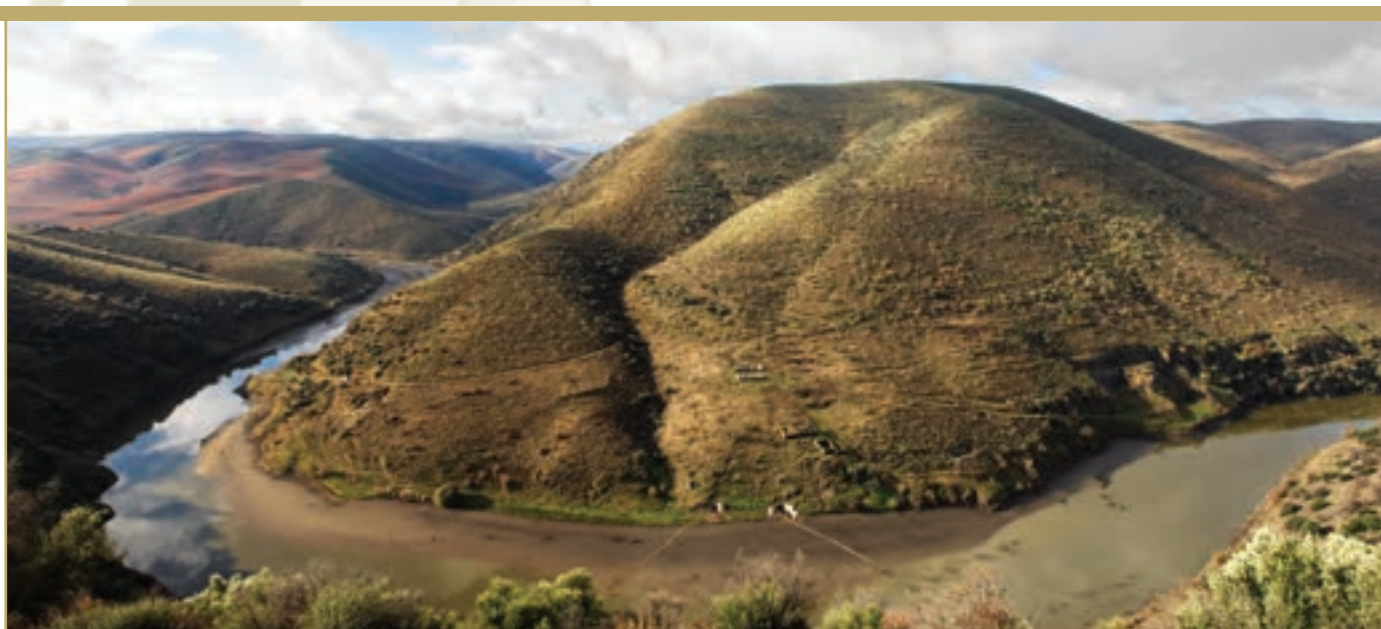
A prática de coordenação de serviços educativos em instituições culturais muito diversas, que vão da arte contemporânea a teatros, sítios e monumentos; os projectos de consultoria para a constituição de outros tantos serviços educativos; a experiência internacional de colaboração com instituições culturais na Europa e nos EUA; a formação de técnicos de serviços educativos por todo o País; e o conhecimento, na primeira pessoa, dos estabelecimentos de ensino, são mais-valias que Sara Barriga e Rita Canavarro trazem para os seus projectos.

O campo de acção da **i.muse** desmultiplica-se por inúmeras actividades, umas mais óbvias no contexto dos serviços educativos, outras que respondem à vontade da **i.muse** de ser a primeira entidade a dar um sentido verdadeiramente agregador e identitário ao sector da educação nos museus em Portugal, dentro de uma estrutura profissional e de empreendedorismo.

RITA CANAVARRO e SARA BARRIGA,
Directoras da i.muse Associação –
Educação e Mediação na Cultura
sarabarriga@clix.pt
rita.canavarro@netcabo.pt

O Parque Arqueológico do Vale do Côa

O Parque Arqueológico do Vale do Côa, afastado dos principais centros urbanos e da corda litoral que há séculos vem atraindo o povoamento no país, guardou, mercê deste seu carácter periférico, testemunhos bem conservados dos grupos humanos que o escolheram para viver no Paleolítico Superior.



José Paulo Ruas

O sítio do Fariseu, no coração do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Quatrocentas rochas ornadas com motivos paleolíticos ao longo dos 17km finais do curso do rio Côa, na sua esmagadora maioria motivos zoomórficos, são expressivo património, a que se acrescenta o registo arqueológico conservado nos 20 000ha que constituem a área definida como Parque Arqueológico. Os sedimentos guardam vestígios de lareiras paleolíticas, cabanas, restos de animais caçados, artefactos, testemunhos que, no caso do sítio do Fariseu, se encontram em conexão directa com os painéis gravados e permitiram datar com rigor a ocupação do local.

A dimensão, antiguidade e estado de conservação do património artístico do vale do Côa, que ditou a classificação pela UNESCO da arte rupestre como Património Mundial, convertem o Parque Arqueológico num local com excepcionais condições para a educação patrimonial e ambiental. Desde 2005, com a criação de um projecto educativo no Parque¹, tem-se procurado acrescentar às visitas regulares aos núcleos de arte rupestre, um leque de oficinas e actividades viradas mais especificamente para o público infantil e jovem. O caso da oficina de arqueologia ex-

perimental, que resulta da conversão de uma linha de investigação desenvolvida pelos arqueólogos² num ateliê educativo, é um exemplo da dimensão pedagógica e lúdica que uma actividade de descoberta da arqueologia e do passado humano pode ter³. Aborda, com rigor científico, aspectos relevantes do *modus vivendi* do Paleolítico Superior: produção de fogo, de cola, de utensílios de caça e outros associados à vida quotidiana. A este tipo de actividade preparada, para as escolas ou grupos, como complemento à visita aos núcleos de arte rupestre — e no caso destas visitas

Projecto Educativo do Parque Arqueológico do Vale do Côa



Nuno Chêu

Visita temática ao núcleo de arte rupestre da Penascosa.

O Parque Arqueológico promove e desenvolve, desde 2005, um projecto educativo que pretende incentivar o gosto pela descoberta e a construção de aprendizagens significativas. As metas projectadas, no âmbito do Plano de Acção Educativa, são: valorizar, divulgar e animar o património cultural; aumentar a oferta de propostas de acção educativa para o público em idade escolar; motivar a comunidade escolar, educadores, professores e famílias à participação activa nas acções propostas.

Todas as escolas e jovens que se deslocam ao PAVC têm uma série de actividades lúdicas e pedagógicas complementares à visita guiada: serviço prévio de apoio à visita *online* (<http://www.igespar.pt/monuments/53/>), visitas guiadas temáticas, actividades lúdico-pedagógicas (apresentações, jogos, oficinas, *peddy-papers*).

Para as escolas locais, o serviço disponível é mais específico e dirigido. Além das actividades regulares acima mencionadas, elaboram-se outras destinadas às escolas locais que procuram enquadrar todos os níveis de ensino. Actividades que são realizadas tanto dentro do horário escolar e em contexto de sala de aula, como em períodos de férias escolares. Tais actividades são programadas no início do ano lectivo com o agrupamento de escolas, segundo proposta do PAVC. Refiro-me, mais especificamente, a projectos educativos com o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, que consistem em oficinas pedagógicas e visitas guiadas à arte rupestre, nomeadamente as oficinas “Era uma vez no Vale do Côa” e “Pedra, pau e fogo” para o pré-escolar, “Pequenos Arqueólogos” e “Uma história por contar” para o 1.º ciclo.

MARTA MENDES

Exposição itinerante “A Arte que o Côa guarda” e o projecto “Côa na Escola”



Rosa Jardim

Oficina de arqueologia experimental no âmbito da exposição “A Arte que o Côa guarda”.

Procurando responder adequadamente à missão de proteger, divulgar e conservar a arte rupestre paleolítica, assim como o património arqueológico e natural do PAVC, desenvolvem-se acções regulares para dar a conhecer o valor patrimonial deste território.

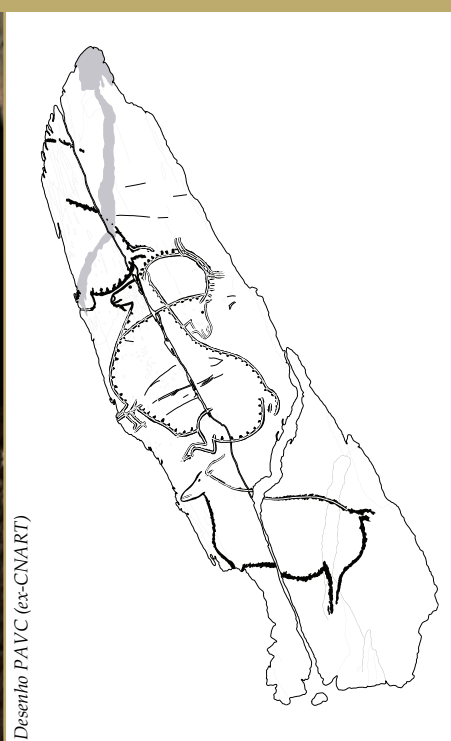
“A Arte que o Côa guarda”, exposição itinerante, desenvolvida em parceria com o Município da Guarda, tem sido um importante meio de divulgação da arte rupestre do vale do Côa e do seu património arqueológico. Especialmente direccionada para as crianças, recria um acampamento paleolítico em torno do qual são desenvolvidas actividades educativas: oficinas de arqueologia e pequenas palestras, complementadas com visitas guiadas às réplicas e fotografias da arte rupestre. Esta exposição, inaugurada na Guarda, passou por Braga, Sabugal, Freixo de Numão, Celorico da Beira, Trancoso e Miranda do Corvo. Desde 2007, já levou a mais de 15 000 visitantes a arte que o Côa guarda e cerca de 5 000 crianças participaram em oficinas de descoberta da arqueologia e da vida no Paleolítico no vale do Côa. Esta exposição pode ser solicitada por qualquer entidade interessada.

O património artístico, arqueológico e natural é partilhado com as crianças e jovens dos concelhos abrangidos pelo PAVC com acções de descoberta do território especificamente direccionadas para o público escolar, através do programa “Côa na Escola”, dirigido aos alunos do 3.º ciclo e secundário. Iniciado em 2005, na Escola de Vila Nova de Foz Côa, as saídas de campo proporcionam aos alunos a observação directa da fauna e da flora, dos ecossistemas, da geologia e da paisagem e a sua conexão com os diversos testemunhos arqueológicos, sempre enquadrados por monitores especializados. Na escola são dinamizados ateliês de arqueologia experimental de Pré-história Antiga e arte rupestre. Estas actividades são preparadas em colaboração com os professores, procurando-se uma abordagem interdisciplinar com os conteúdos dos programas curriculares de História, Ciências Físicas e Naturais, Biologia e Geologia.

ROSA JARDIM



Quinta da Barca, rocha 3, gravura paleolítica.



Desenho PAVC (ex-CNART)



José Paulo Ruas

Talhe experimental.



José Paulo Ruas

Museu do Côa (arquitetos Tiago Pimentel e Camilo Rebelo).


aconselha-se vivamente a preparação prévia através do *site* e de contacto telefónico com os técnicos do Parque —, é, também, frequente, sempre que as escolas nos solicitam, a deslocação de um técnico que realiza uma oficina.

Temos procurado acrescentar duas linhas de acção: levar uma exposição itinerante⁴ a vários municípios do país, realizando oficinas e procurando despertar o interesse pelo património do Parque Arqueológico, e desenvolver uma ligação mais estreita às escolas dos quatro concelhos da área do Parque (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Meda). Nestes casos, inclui-se um acompanhamento mais próximo, a realização de estágios dos alunos no Parque e uma colaboração mais continuada com os professores⁵. Sabemos que quem melhor aproveita a estadia no Parque é quem programa visitas à sua medida: recentemente uma escola solicitou que acompanhássemos os seus alunos num percurso pedestre de vários quilómetros

até um dos núcleos de arte rupestre. Respondemos, também, a pedidos de visitas nocturnas, visitas em BTT, percursos através de locais onde sabemos terem existido acampamentos paleolíticos, complementados com oficinas de arqueologia experimental.

O Parque tem articulado, no Verão, visitas aos núcleos de arte rupestre com programas de divulgação científica de outras entidades, de que é exemplo a observação astronómica da responsabilidade da Universidade de Aveiro; ou realizado actividades tão diversas como a recreação de uma refeição à maneira paleolítica, o desenho e observação da arte paleolítica sob orientação de artistas contemporâneos, a aprendizagem do levantamento da arte rupestre com os arqueólogos, a realização de ateliês de olaria, a experimentação de sonoridades ancestrais.

O património é da humanidade, o modo de o estudar, fruir e apreender depende também de todos nós. Desafiamos, nestas páginas, escolas, grupos e famílias a procurarem e in-

terpelarem o Parque e a sugerirem visitas à medida da sua curiosidade, interesse e criatividade. Desde que antecipadamente agendada⁶, cada nova solicitação enriquece a oferta do Parque em situações de aprendizagem e fruição. A abertura prevista do Museu do Côa ampliará as condições e a oferta educativa. 

NOTAS

¹ Autoria de Marta Mendes.

² Thierry Aubry e Jorge Sampaio.

³ A oficina é sobretudo realizada pelo guia Pedro Nuno Pinto.

⁴ Rosa Jardim e Jorge Sampaio são os técnicos responsáveis pela sua concepção e itinerância.

⁵ O que tem sido possível em Foz Côa, mas também em Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel.

⁶ Através do e-mail visitas.pavc@igespar.pt.

ALEXANDRA CERVEIRA LIMA,
Directora do Parque Arqueológico
do Vale do côa

A Arqueologia e a Ecologia

A interdisciplinaridade como modelo de ciência e de divulgação

A proficuidade das abordagens interdisciplinares nas ciências do património tem sido salientada por diversos autores¹. Neste âmbito, o cruzamento entre a Arqueologia e a Ecologia surge traduzido em disciplinas como a Arqueologia da Paisagem e, em especial, a Arqueologia Ambiental – compreendendo a Arqueobotânica, a Arqueozoologia e a Geoarqueologia – que têm melhorado o nível de conhecimento acerca das comunidades do passado e da história da paisagem. Ao mesmo tempo, cresce a convicção de que futuras estratégias de conservação e restauro ambiental sairão beneficiadas caso optem por um suporte de índole paleoambiental².

Parece-nos, contudo, que a interdisciplinaridade, como modelo de investigação, deveria também transparecer nos meios de divulgação e na comunicação com o exterior. A negação desta perspectiva constitui um paradoxo, quando, no caso da Arqueo-

logia e da Ecologia, por intermédio dessas abordagens interdisciplinares, se percebeu que os respectivos objectos de estudo são indissociáveis. De facto, o desenvolvimento das comunidades humanas e a evolução da paisagem são processos inter-relaciona-

nados que se condicionaram mutuamente.

Desta forma, a divulgação destas áreas científicas ganhará muito se incorporar a interdisciplinaridade que as caracteriza. Tal deve realizar-se no contacto com qualquer tipo de público, inclusive o infanto-juvenil.

De seguida, apresentamos dois exemplos bem distintos de actividades neste âmbito.

ACTIVIDADE DE EXTERIOR

As actividades de divulgação arqueológica em contextos de ar livre associam-se, frequentemente, a sítios arqueológicos. Com excepção de jazidas de âmbito urbano, o espaço patrimonial de índole arqueológica presta-se a uma articulação simples com actividades de sensibilização ambiental. No concelho de Alcobaça, a ADEPA (Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça) faz regularmente actividades com diversas escolas do município, com o apoio da Câmara Municipal. Nestas actividades é usual a organização de percursos pedestres nas áreas de maior valor paisagístico



Alunos do ensino básico de Alcobaça a observar material arqueológico.

do concelho, correspondendo a zonas com alguns problemas de ordem ambiental – e.g. poluição industrial e doméstica. Os percursos, embora direccionados primordialmente para questões ecológicas, cruzam-se com contextos patrimoniais relevantes – nos vales encaixados da bacia hidrográfica do rio Alcoa, encontram-se as conhecidas Grutas de Alcobaça, ou Grutas do Carvalho de Aljubarrota. A integração destes contextos nos roteiros educativos realizados com as crianças do ensino básico do concelho tem contribuído não só para a sua divulgação, mas também para a sua protecção. Neste âmbito, aquando da intervenção arqueológica na Gruta do Rio Seco por parte dos autores, em 2004, com a colaboração da ADEPA, foi possível uma articulação com as actividades de divulgação ambiental desta associação. Algumas turmas de escolas locais tiveram o seu primeiro contacto directo com a Arqueologia através das visitas de estudo realizadas à escavação arqueológica^{3,4}.

APRESENTAÇÕES NAS ESCOLAS

As actividades realizadas nas escolas podem assumir formas dinâmicas (jogos, concursos, etc.) ou mais estáticas (*posters* ou palestras). São exemplos as actividades organizadas, em 2006, no município de Macedo de Cavaleiros, por um dos autores, numa colaboração entre a Câmara Municipal e a Associação Terras Quentes⁵.


Para além de jogos didácticos com as escolas do 1.º ciclo, foram efectuadas palestras, apoiadas por meios audiovisuais, às turmas do 7.º e 9.º anos, e foram colocados *posters* na escola secundária do município com o intuito de sensibilizar os alunos para o património da região e, ao

mesmo tempo, permitir uma melhor compreensão da actividade arqueológica. Deste modo, deu-se especial enfoque à interdisciplinaridade desta ciência, salientando dois aspectos: 1) a produção de conhecimentos em arqueologia exige conhecimentos de outras disciplinas, e 2) é possível contribuir para a investigação arqueológica sem ser arqueólogo. Salientou-se, assim, o papel de outras ciências que constituem o currículo escolar do 3.º ciclo. Além da História, abordou-se o papel da Química (e.g. datações radiométricas), da Matemática (estatística), das Tecnologias da Informação (inventários) e das Ciências Naturais (Paleobotânica e Petrografia).

NOTAS FINAIS

A realização de actividades de divulgação que difundam uma mensagem de interdisciplinaridade exige o cruzamento de conhecimentos de duas ou mais áreas, o que pode constituir uma dificuldade à partida. São necessários comunicadores com conhecimentos nas diferentes áreas, ou uma articulação com equipas independentes com diferentes especializações. Embora se possa arguir que a noção de interdisciplinaridade dificilmente é apreendida por parte do público mais jovem, a verdade é que, no mínimo, passará a ideia de uma riqueza e multiplicidade de realidades coexistindo no mesmo território, isto é, no espaço de identificação dos jovens, o seu concelho. Isto valoriza o território e ambos os patrimónios em questão.

Neste sentido, a crescente sensibilização do público infanto-juvenil para as questões ambientais, tão fomentada na sociedade civil e presente diariamente nos grandes meios de divulgação, poderá ser rentabilizada para a protecção patrimonial numa

perspectiva mais vasta e interdisciplinar. De facto, acreditamos que a visão do território que se divulga e protege deveria contemplar as suas componentes histórica e ambiental como elementos indissociáveis, aproximando-se, cada vez mais, da visão que emerge da crescente interdisciplinaridade da prática científica. Só assim o público infanto-juvenil compreenderá o seu espaço de identidade em todo o seu dinamismo multifacetado. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ MATEUS, J. e QUEIROZ, P. (2009) – Território Antigo. Da arqueologia da paisagem à re-encenação virtual interactiva. *Pedra & Cal*, Ano XI, 42, p. 6-9.
- ² WILLIS, K.; ARAÚJO, M.; BENNETT, K.; FIGUEROA-RANGEL, B.; FROYD, C. e MYERS, N. (2007) – How can a knowledge of the past help to conserve the future? Biodiversity conservation and the relevance of long-term ecological studies. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 362, p. 175-186.
- ³ NEVES, C.; TERESO, J.; ALDEIAS, V. e GASPARGAR, R. (2006) – O Património Arqueológico de Alcobaça – apontamentos sobre a sua Conservação, Valorização e Divulgação. *Actas do 3.º Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval, p. 47-58.
- ⁴ ALDEIAS, V.; GASPARGAR, R.; NEVES, C. e TERESO, J. (2006) – O património pré-histórico de Alcobaça: uma proposta para a sua reavaliação e estudo. *Espaços ADEPA*, 2, p. 70-75.
- ⁵ TERESO, J.; BARRANHÃO, H.; GASPARGAR, A.; BENTO, F.; JORGE, M. e FIGUEIREDO, S. (2006) – Esforços pedagógicos e de divulgação do património arqueológico de Macedo de Cavaleiros. Actividades com as escolas do concelho. *Al-madan*, II série, 14, p. 156.

JOÃO PEDRO TERESO,
CIBIO – Centro de Investigação em
Biodiversidade e Recursos Genéticos
RITA GASPARGAR,
Arqueóloga

**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**



Rua Pedro Nunes, n.º 45 - 1.º Esq. 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 Fax: 213 153 550
E-mail: ger@oz-diagnostico.pt
www.oz-diagnostico.pt



Ensaio de ultra-sons na Ponte Angeja



Avaliação das propriedades
mecânicas de uma argamassa de
assentamento, através do ensaio
de arrancamento de uma hélice



Observação boroscópica de uma parede



Extracção de carote na laje de cobertura
de um edifício, para caracterização do
material

INSPECÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS: ANTES DE INTERVIR, CONHECER

Com cerca de vinte anos de experiência e detentora de uma certificação ISO 9001:2000, a Oz está em condições de prestar um conjunto de serviços de qualidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação. Entre estes serviços, destacam-se:

1. Vistoria de edifícios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias.
2. Monitorização topográfica para acompanhamento de deformações e movimentos das estruturas.
3. Levantamento da geometria, constituição e implantação dos elementos estruturais e fundações.
4. Ensaio para caracterização da resistência e estado de conservação dos materiais e elementos estruturais.
5. Elaboração de projectos de reabilitação energética e ambiental de edifícios. *
6. Elaboração de planos de manutenção de edifícios (de habitação, de serviços) e de infra-estruturas (industriais, de transportes). *
7. Revisão de projectos de construção nova ou de reabilitação de construções existentes.
8. Modelação estrutural utilizando programas de cálculo avançados.
9. Simulação tridimensional ("restauro virtual") para fins arquitectónicos, arqueológicos ou museológicos. *
10. Concepção e realização de acções de formação especializada, na área da reabilitação das construções (a empresa é entidade formadora acreditada pelo IQF). *

*serviços não abrangidos, à data, pelo âmbito da certificação.



A Oz é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª, a Monumenta, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.



Viajar no tempo através do património histórico e arqueológico do concelho de Mafra

“Defender o património é, antes de mais, conhecê-lo. E conhecer o património implica conhecer o percurso histórico em que ele se enquadra e fora do qual perde todo o seu significado.”

Manique e Proença¹



À descoberta de Santo André – explorar a exposição e o monumento.



Viver (n)a Pré-história – oficina de fim-de-semana.

INTRODUÇÃO

Ainda que ao IGESPAR² pertença a missão de conservar, preservar, salvaguardar e valorizar o património português, é às autarquias, aos museus (e, consequentemente, aos serviços educativos) que compete, sobretudo, a sua divulgação.

E porque para proteger é necessário conhecer, estabelecem-se actividades, concebem-se acções para um conjunto, cada vez mais alargado, de públicos.

PLANIFICAR, CONCRETIZAR E AVALIAR

Com o amanhecer de um novo século, a Câmara Municipal de Mafra iniciou o seu projecto de divulgação e protecção do património concelhio. Dedicando-se, primeiramente, à fai-

xa etária dos seis aos dez anos (1.º ciclo), ganhou asas, e hoje, quase uma década depois, trabalhamos para a comunidade, abrangendo quase todos os seus grupos etários.

Defendemos, tal como Jerome Bruner, que *“qualquer assunto pode ser ensinado eficazmente, de uma forma intelectualmente honesta, a qualquer criança, em qualquer fase de desenvolvimento”* (Sprinthall e Sprinthall, 1993, p. 239) e acrescentamos que, para estes objectivos serem atingidos, é fundamental criar ferramentas operacionais adequadas.

Identificamo-nos com o conceito da *aprendizagem pela descoberta* e pelo *princípio da fascinação*, apresentando sempre os conteúdos adaptados à idade e estágio de desenvolvimento do aluno (ou participante), de modo a que

ele se sinta cativado e despertando a sua natural curiosidade.

Acreditamos que uma comunidade (escolar e não-escolar) mais esclarecida e conhecedora do seu património está melhor preparada para o defender e proteger.

Sustentando que aos serviços educativos compete a realização de **actividades de carácter pedagógico**, assim como **acções (in)formativas** para educadores e professores, e sessões de história “ao vivo” (as comumente conhecidas **recriações históricas**), apresentaremos alguns casos práticos desenvolvidos pelo Gabinete de Arqueologia desta autarquia.

De acordo com a Lei do Património Cultural Português, de 2001 (e com a Convenção do Património Mundial Cultural e Natural, de 1972), que

classifica os bens imóveis em monumento, conjunto e sítio, abordaremos os exemplos de exploração pedagógica, efectuados para a Igreja de Santo André (Monumento Nacional) e para o Penedo do Lexim (sítio arqueológico, Imóvel de Interesse Público). Alvo de escavações arqueológicas entre 1997 e 1998, a Igreja de Santo André proporcionou-nos um amplo conjunto de acções educativas.

Às intervenções de campo seguiram-se os trabalhos de laboratório, que conduziram à realização da primeira grande exposição monográfica da autarquia designada “Santo André de Mafra: da Arqueologia à História” e à publicação do primeiro volume da colecção “Descobrimos a Arqueologia de Mafra”.

Neste contexto concebeu-se uma actividade, dedicada ao 3.º e 4.º anos de escolaridade do ensino básico, dividida em três fases: visita à exposição, apresentação multimédia e jogo³. Porque os objectos não falam por si só, sentimos necessidade de os envolver em acções práticas e divertidas, de modo a que se tornem uma “memória – viva” de quem os utilizou. Fora do contexto escolar (interrup-

ções lectivas), o monumento continua a ser cenário de visitas interactivas, onde são abordados temas como a evolução do edifício, a utilização do espaço como necrópole e a concepção da morte na Idade Média e Moderna. Sob a forma de jogos de pistas exploram-se estes temas com crianças, cuja faixa etária corresponde ao 1.º ciclo.

Através de uma narrativa onde reis e rainhas se cruzam entre a História de Portugal e as estórias da vila de Mafra e com o auxílio de puzzles sobre o esqueleto humano, explica-se e vive-se o edifício com crianças do ensino pré-escolar.

As intervenções arqueológicas realizadas no Penedo do Lexim, entre 1998 e 2004, permitiram identificar um elevado número de artefactos, cujo estudo interdisciplinar conduziu à concepção da exposição “Penedo do Lexim. Povoado Pré-Histórico” e ao desenvolvimento de uma área pedagógica intitulada “Uma casa com 5 000 anos”⁴. Este espaço inovador (uma vez que foi a primeira réplica de uma cabana pré-histórica a ser realizada em Portugal) ajudou a construir uma ponte entre as comu-

nidades actuais e aquelas que viveram num passado longínquo.

Neste âmbito, planificaram-se e executaram-se *oficinas e actividades* pedagógicas, com o objectivo comum de conhecer o quotidiano deste povoado de forma lúdica. A oficina aborda este objectivo de forma prática, através de ateliers. As actividades privilegiam a obtenção de conhecimentos por intermédio de um contacto interactivo entre o espaço pedagógico e a exposição, bem como a sua consolidação através de jogos.

Distinguem-se, igualmente, as actividades escolares (para crianças do ensino pré-escolar, 1.º e 3.º ciclos) e as actividades de fim-de-semana (dedicadas às famílias). Enquanto as primeiras têm uma vertente mais dogmática, intimamente relacionada com o currículo escolar, as actividades de fim-de-semana têm um carácter lúdico e motivador, afirmando o museu como um espaço de descoberta e de divertimento. E assim, actividades do Passado, como a olaria, a tecelagem, a moagem de cereais ou a realização de objectos de adorno transformam-se num ritual, também, do Presente.



Um dia na corte de D. João VI – recriação histórica.



Uma casa com 5 000 anos – exposição pedagógica.

Defendendo que o uso efectivo de museus como um recurso de aprendizagem depende, principalmente, dos professores e educadores e que o desenvolvimento das suas capacidades irá melhorar significativamente a aprendizagem dos alunos (Anderson, 1997, p. IX), a autarquia desenvolve, desde 2005, um projecto para docentes do ensino básico (1.º e 3.º ciclos) subordinado ao tema “Introdução ao Património Histórico Arqueológico de Mafra”.

Através desta formação, procuramos sistematizar a informação sobre história local e património, marcas (visíveis e invisíveis) da paisagem onde docentes e alunos se integram.


Após estas formações começámos a ver florescer o nosso trabalho. Pois, para além do convite endereçado às escolas, a iniciativa cabe agora, também, aos professores. Alguns docentes já preparam connosco a actividade, expressando vontade de ver desenvolvidas partes dos *curricula* que ainda não foram abordadas e que podem ser melhor apreendidas fora do contexto “formal” da sala de aula.

Com o objectivo de viver (n)os monumentos, o projecto “Recriação Histórica”, iniciado em 2004, tem tido como palco o Palácio Nacional de Mafra e o Jardim do Cerco (jardim real). Dirigido ao grande público e abrangendo mais de uma centena de voluntários, de diversos grupos etários (a grande maioria residente no concelho de Mafra), proporciona uma aula de História ao vivo a participantes e visitantes.

A corte de D. João VI, a sua partida para o Brasil e a Guerra Peninsular (com a ocupação dos franceses deste monumento) têm sido alguns dos temas explorados.

CONCLUINDO...

Desde a Pré-história ao século XXI, “atravessando” concheiros mesolíticos, monumentos funerários ou reductos das Linhas de Torres Vedras... Utilizando-nos de exposições, monumentos e sítios arqueológicos, várias têm sido as actividades desenvolvidas por este Gabinete! E dez anos depois “da partida”, olhamos para trás, para este longo caminho

(tão longe ainda do fim) e os nossos passos, já bem marcados na areia, incitam-nos a continuar... 

NOTAS

¹ Manique e Proença, 1994, p. 55.

² Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

³ Para uma descrição detalhada da actividade confrontar Miranda, 2003.

⁴ Confrontar Miranda, 2008.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, D. (1997) – *A Common Wealth. Museums and Learning in the United Kingdom*. London: Department of National Heritage.
- BALANCHO, M. J. S.; COELHO, F. M. (1996) – *Motivar os alunos. Criatividade na relação pedagógica: Conceitos e práticas*. Lisboa: Texto Editora.
- BARRIGA, S.; SILVA, S. G. (coord.) (2007) – *Serviços Educativos na Cultura*. Porto: Setepés.
- DUARTE, A. (1994) – *Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores, monitores de Museus e tempos livres*. Lisboa: Texto Editora.
- ERLAUDER, L. (2005) – *Práticas pedagógicas compatíveis com o cérebro*. Lisboa: Edições Asa.
- MANIQUE, A. P.; PROENÇA, M. C. (1994) – *Didáctica da História. Património e História local*. Lisboa: Texto Editora.
- MIRANDA, M. (2003) – *Aprender a brincar: a Igreja de Santo André de Mafra – uma abordagem pedagógica*. *Boletim Cultural* 2002. Mafra: Câmara Municipal, p. 231-243.
- MIRANDA, M. (2008) – *Uma casa com 5 000 anos: uma experiência pedagógica*. *Boletim Cultural* 2007. Mafra: Câmara Municipal, p. 498-530.
- PROENÇA, M. C. (1990) – *Ensinar / Aprender História. Questões de didáctica aplicada*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ROLDÃO, M. C. (1993) – *Gostar de História – Um desafio pedagógico*. Lisboa: Texto Editora.
- SOUSA, A. C.; MIRANDA, M. e CARVALHO, J. (2001) – *Santo André de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal, 1 (Coleção Descobrindo a Arqueologia de Mafra).
- SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. (1993) – *Psicologia Educacional. Uma Abordagem Desenvolvimentalista*. Lisboa: McGraw-Hill.

MARTA MIRANDA,
Arqueóloga
Câmara Municipal de Mafra



Envie um cartão cheio de vida.

Ao enviar Boas Festas num Cartão UNICEF, está a ajudar a distribuir vacinas, a fornecer material escolar ou a fazer chegar água potável às comunidades que mais precisam. É assim que, diariamente no terreno, a UNICEF actua para mudar a vida de milhões de crianças do mundo. Faça a diferença, envie cartões cheios de vida.

www.unicef.pt

unicef 

Mosteiro de São Martinho de Tibães

Serviço de Educação e Comunicação

O Mosteiro de São Martinho de Tibães, antiga Casa-mãe da Congregação Beneditina de Portugal e do Brasil (1567-1834), é hoje um serviço dependente da Direcção Regional da Cultura do Norte. Imóvel classificado de Interesse Público¹, tem como missão promover o conhecimento e divulgação do património monástico da Ordem Beneditina e consolidar-se como um instrumento activo para a cidadania, para a memória social e para a identidade cultural.

O Mosteiro de São Martinho de Tibães procura atrair ao seu espaço vários tipos de públicos tentando, ao mesmo tempo, que sejam consciencializados para a preservação e valorização do nosso património histórico e cultural. Por essa razão, e procurando ir ao encontro das diferentes necessidades de quem nos visita, foi implementado um Serviço de Educação e de Comunicação no Mosteiro, com funcionamento permanente e com a finalidade de fazer um atendimento diferenciado dos grupos, tendo em atenção os objectivos da visita, as suas características, os espaços do mosteiro, a exposição a visitar ou a actividade em que pretendam participar.

Assim sendo, elaboramos um vasto programa de actividades lúdico-pedagógicas que pretendem estabelecer a ligação dos diferentes tipos de público ao Mosteiro, dando-o a conhecer de uma forma simples e atraente. Desejamos que as actividades sugeridas façam com que os participantes entendam o Mosteiro de São Martinho de Tibães como um lugar carregado de simbolismo e história, que sintam o prazer de entrar, descobrir e aprender, sensibilizando-os ao mesmo tempo, para a preservação, salvaguarda e divulgação do nosso património.

O PÚBLICO INFANTIL

O público infantil (pré-primário e 1.º ciclo) tem sido um dos alvos privilegiados no nosso trabalho de animação e é, também, aquele que, paulatinamente, tem vindo a registar um crescimento mais consistente e significativo, representando, em 2008, cerca de 3 500 crianças, num universo total de cerca de 15 000 visitantes recebidos pelo Serviço de Educação e Comunicação, o que representa 23,5% do global.

Algumas das actividades propostas foram planeadas em parceria com outras entidades, de modo a enriquecer o seu conteúdo e permitir a troca mútua de experiências em várias áreas, fazendo com que, deste modo, houvesse uma maior atracção e participação do público. Esta política de parcerias tem sido uma das mais importantes formas de envolvimento e aproximação da comunidade local ao Mosteiro, sendo exemplo disso o aumento do número de visitantes totais e os do Serviço de Educação e Comunicação. Através do conhecimento dos currículos escolares, da troca de informações e conhecimentos com os agentes educativos e culturais, definimos o objectivo claro de abrimos o Monumento a novas iniciativas, provenientes

de professores e agentes culturais e associativos, de forma a irmos, também, ao encontro das suas necessidades. Do mesmo modo que propomos o nosso plano de actividades para os diversos anos lectivos, mantemos sempre a abertura à exploração pedagógica do Mosteiro por parte dos agentes educativos, desenvolvendo actividades conjuntas com propostas simbióticas, resultantes da interacção entre os técnicos do Monumento, os professores e outros responsáveis por estruturas culturais, associativas ou sócio-educativas. Neste quadro de actuação em parceria com os referidos agentes, podemos invocar as iniciativas concretizadas com grupos escolares dos jardins-de-infância, do 1.º ciclo, da educação especial, ATL's ou centros de dia.

Nestas acções integrámos, ainda, grupos ou entidades de carácter associativo e outros agentes culturais ou artísticos, que nos possibilitaram planificar e executar actividades como a animação de contos infantis, a realização de ateliês de exploração lúdico-pedagógica, a criação de texto teatral, a implementação de teatro de marionetas, a animação de exposições temporárias, o desenvolvimento de actividades específicas para a terceira idade ou, ainda, actividades



Vindima. Crianças do 1.º ciclo.²



Visita à Cerca Conventual do Mosteiro. Crianças do jardim-de-infância a subirem o Escadório.



Horta tradicional. Meninos de jardim-de-infância (cinco anos) a "trabalharem" na horta.



Desfolhada. Crianças do 1.º ciclo.

para grupos simultâneos de idosos e de crianças dos jardins-de-infância locais. Salientamos o caso da Horta Tradicional, em que crianças e avós interagem, divertindo-se, ensinando os mais velhos, captando e aprendendo os mais novos, por entre risos e sorrisos de animação e diversão permanente.

O conhecimento sobre o Mosteiro envolve especialidades que se tornam transversais e fundamentais para uma efectiva divulgação deste conjunto monumental: a História e a História da Arte, a Arquitectura e a Engenharia, a Biologia e as outras Ciências da Natureza, como sejam a Geografia e a Geologia, entre outras.

Então, toda a equipa de funcionários é chamada a participar na divulgação, transmissão de saberes e anima-

ção do Mosteiro, desde a Direcção aos jardineiros, porque todos os saberes se cruzam e interagem, no sentido de transmitir ao público a Memória do Mosteiro, a sua importância como pólo de Identidade e Cidadania e veículo transmissor de Cultura, independentemente da sua idade, motivações ou conhecimentos.

As acções desenvolvidas permitiram-nos estreitar os laços de cooperação e parceria com os jardins e escolas locais que têm vindo a participar nas actividades programadas, conduzindo a um relacionamento cada vez mais estreito entre o Mosteiro e a Escola, reflectindo-se, até, na origem do nome do agrupamento de escolas local, designado como Agrupamento de Escolas "Mosteiro e Cávado".

NOTAS

¹ A Igreja, o Mosteiro e as construções arquitectónicas da Cerca estão classificadas como Imóveis de Interesse Público pelo decreto n.º 33 587, de 24 de Março de 1994. O Cruzeiro do Terreiro é Monumento Nacional desde 16 de Junho de 1910. Todo o conjunto é protegido por uma área especial de protecção, estabelecida em Diário da República n.º 242, II.ª Série, de 18 de Outubro de 1949. A Portaria n.º 736/94, de 13 de Agosto, alarga e fixa a Zona Especial de Protecção.

² Recolha fotográfica realizada por Teresa Silva. Créditos fotográficos: Mosteiro de São Martinho de Tibães.

PAULO OLIVEIRA,
Técnico Superior
Mosteiro de São Martinho
de Tibães / DRCN

Conservação e restauro dos revestimentos da Igreja do Espírito Santo – Arronches

No âmbito deste número que enfoca a relação entre os mais novos e o nosso património, o presente artigo expõe-nos um exemplo de aprendizagem dos princípios e critérios da conservação e restauro, através da experiência no terreno. Neste sentido, as visitas escolares realizadas à igreja permitiram estimular o envolvimento efectivo dos mais jovens, bem como do resto da população, visto que as obras decorreram de portas abertas à comunidade.



Fachada da Igreja do Espírito Santo antes da intervenção.

Vista geral da contra-fachada da igreja, antes e depois da intervenção.

ENQUADRAMENTO DA OBRA

A igreja encontrava-se em mau estado de conservação devido à sucessiva adaptação do espaço a outros usos, às vicissitudes decorrentes da falta de obras de manutenção e, inclusivamente, ao abandono do edifício. Observavam-se sucessivas campanhas decorativas em pintura mural e revestimentos em argamassa executadas com a técnica de esgrafito, sob diversas camadas de cal. Apesar das diversas anomalias, o facto dos revestimentos decorativos terem permanecido sob as

camadas de caiação permitiu a sua preservação, evitando a perda total.

A METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Nas zonas de revestimento decorativo em argamassa (esgrafito) e campanhas pictóricas (pintura mural) foram removidos os rebocos e as caiações sobrepostos. As áreas de lacuna, fendas e fissuras foram colmatadas com uma argamassa de cal aérea e areia lavada e calibrada, com cor e textura semelhantes ao original. Nos fingidos de junta foi

realizada a reconstituição integral, assim como, em alguns dos elementos figurativos, de modo a repor simetrias.

A reintegração das camadas pictóricas/pintura mural foi efectuada através do preenchimento de alguns pontos fundamentais para uma melhor leitura e interpretação do conjunto.

AS VISITAS

Por se tratar de uma obra realizada numa pequena vila, em contexto rural, a obra decorreu de porta aberta. Dentro das normas de segurança, foram dados a conhecer, aos mais interessados, os trabalhos que decorriam. Neste contexto, e em articulação com a eng.^a Dulce Bigares e a Vereadora da Cultura, Maria Emília Castro, da Câmara Municipal de Arronches, foram feitos contactos com as escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.


As visitas das nove turmas realizaram-se entre o dia 21 de Abril e 8 de Maio. Após uma introdução sobre a história do monumento, e feito um enquadramento da obra em curso, foram explicadas aos alunos as tarefas que se desenvolvem numa obra



de restauro, técnicas, materiais e ferramentas utilizadas. A subida aos andaimes foi um dos pontos altos destas visitas. De forma a cumprir as normas de segurança, as turmas foram divididas em grupos de cinco alunos, sempre acompanhadas por dois técnicos de conservação e restauro, podendo aqueles observar de perto o decorrer dos trabalhos, bem como colocar as suas dúvidas e questões. Em simultâneo, os restantes colegas foram convidados a experimentar alguns materiais, formulando argamassas e pintando um mural com pigmentos naturais aglutinados em água de cal utilizados no restauro. Aos alunos mais velhos, que frequentavam o 9.º ano, foram facultadas informações sobre as opções de

escolas e cursos de conservação e restauro existentes, quer em termos de cursos profissionais quer em termos de acesso ao ensino superior e politécnico.

Com a promoção destas visitas pretendeu-se informar, formar e envolver a população, partindo dos mais novos para chegar ao resto da população, enquadrando desde cedo a conservação e o restauro do património, os seus princípios e critérios. Foi com grande satisfação que a equipa de trabalho observou a aproximação dos mais velhos que, sensibilizados pela experiência dos filhos, quiseram saber mais sobre a obra em curso. O trabalho aqui realizado foi, de facto, reconhecido e mesmo acarinhado pela população, dado

que esta igreja, há muito abandonada e esquecida, foi agora devolvida à comunidade. Este legado, outrora perdido, revelou uma grande riqueza decorativa que enobrecce o património artístico local. 

MADALENA RODRIGUES,
Geóloga, mrodrigues@insitu.pt
DAVID LLANOS,
Técnico de Conservação e Restauro
FÁTIMA DE LLERA,
Técnica de Conservação e Restauro,
Sócia Gerente
IN SITU, Conservação de
Bens Culturais, Ld.^a
insitu@insitu.pt



ANDALUGA

Aluguer de Andaimos e Máquinas para a Construção, Lda.

Com total cobertura nacional

SEDE:
Rua Eugénio dos Santos, lote 87
Pinhal de Frades
2840-308 SEIXAL
Apart. 60 Torre da Marinha
2841-908 SEIXAL

Telef.: 212 260 830
212 260 841
Fax.: 212 260 840



e-mail: andaluga@andaluga.pt

www.andaluga.pt



Património e acção educativa no Programa Gulbenkian Educação para a Cultura

O Descobrir – Programa Gulbenkian Educação para a Cultura, coordena e articula, de forma transversal, os vários projectos educativos oferecidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, procurando desenvolver modelos inovadores e interdisciplinares de actividades de formação dirigidas a públicos de todas as idades e nos vários campos artísticos.

A referência do património está presente em todos esses projectos, mas abordada de uma forma que o encara como desafio a uma leitura contextual, crítica e criativa por parte dos participantes, desde a primeira idade escolar. Os dois testemunhos seguintes reflectem alguns aspectos dessa actividade nos domínios, respectivamente do Centro de Arte Moderna e do Museu Calouste Gulbenkian.

PATRIMÓNIO E PATRIMÓNIOS

O Museu Calouste Gulbenkian alberga uma notável colecção, que ilustra 5 000 anos de História da Arte, desde a Antiguidade até ao início do século XX, com mais de 7 000 objectos de diferentes épocas, proveniências e materiais. O Museu, inaugurado há quarenta anos, contou, desde sempre, com um elevado número de crianças como participantes nas suas iniciativas educativas, quer integradas em grupos escolares, quer em grupos de famílias. Estas iniciativas permitem uma abordagem global do património, não só do Museu, como da Fundação Gulbenkian, no seu todo, e até projectos em que o

património se converte num importante instrumento de inclusão social. A título de exemplo, podemos referir um projecto de parceria com a Escola EB 2.3, Professor Pedro D'Orey da Cunha, cujos alunos integram comunidades atingidas por graves problemas sociais e económicos e com a qual, na sequência duma simples visita orientada ao Museu, surgiu a ideia de uma colaboração mais estreita a partir da recriação de aspectos da vida quotidiana, cultural e artística do Egipto faraónico, com base na colecção de arte egípcia. O entusiasmo dos alunos estendeu-se às suas famílias, que participaram nas exposições e espectáculos que se organizaram neste âmbito, proporcionando um conjunto de experiências gratificantes que estimularam o sentido de responsabilidade, de cooperação e de respeito, promovendo simultaneamente o exercício da cidadania. Algumas das actividades programadas têm o objectivo de promover a valorização e a fruição do património, incentivando o espírito crítico individual, o sentido de criatividade e a capacidade efabulatória. Estão, neste caso, a visita-jogo “O que é um

museu?”, ou a visita-oficina “Os gabinetes de curiosidades e os museus”. Através de jogos de observação, do diálogo activo e participativo e de oficinas de experimentação plástica, vivencia-se o património como uma herança do passado que se projecta no presente e nas gerações futuras. Mas o património, dada a sua natureza multifacetada, permite também estruturar projectos que potenciem a interdisciplinaridade e a transversalidade, estabelecendo e articulando sinergias várias com outros campos artísticos e culturais. O património constitui-se, assim, como um instrumento de aprendizagens significativas que propiciam o desenvolvimento integral da criança.

PATRIMÓNIO E CRIANÇAS

Nos programas educativos do Centro de Arte Moderna (CAM) concebemos o património como um conceito vivo, em mutação, capaz de ir respondendo aos desafios que o passar do tempo e a sociedade que o define e aplica lhe vão colocando. Na esfera da criação artística contemporânea, esta questão assume contornos particularmente interessantes com o permanente




esbater de fronteiras entre o real e o virtual, entre o conceito e a matéria, entre o perene e o efémero, entre a obra e o documento, entre a ideia, as palavras e as coisas. Lidar com uma colecção e uma programação expositiva de obras e artistas dos séculos XX e XXI levanta, permanentemente, questões que rompem necessariamente com uma visão mais tradicional de património como legado material. Ao longo do último século, os artistas criaram obras que franquearam fronteiras ao nível dos materiais, técnicas e conceitos que obrigaram a um reequacionamento da sua fruição, entendimento, patrimonialização e preservação.

Como lidar com obras que não têm corpo ou com materiais cuja vida é intencionalmente efémera? Como promover a preservação patrimonial perante obras meramente virtuais? Como tornar mais elástico um conceito que a maioria dos nossos visitantes ainda associa directamente aos objectos mas não às ideias? Como pensar um património que é criado todos os dias e ainda não tem o peso do tempo para lhe conferir legitimidade e aceitação?

Tendo em consideração estes desafios, os projectos educativos desenvolvidos no CAM assumem um enfoque crítico e questionador do objecto e património artísticos e procuram envolver todos os públicos, desde a mais tenra idade, em visitas e oficinas com temas muito variados, de forma a proporcionar diferentes portas de acesso à criação contemporânea e sua riqueza.

As crianças assumem aqui, naturalmente, um destaque especial e, para elas, a programação desmultiplica-se em propostas que exploram a colecção e as exposições, quer do ponto de vista museológico em “Vamos fazer um museu?”, quer do ponto de vista da construção e partilha de memórias em “Caixas de memórias e outras histórias”, quer do ponto de vista das ideias e conceitos por trás das coisas em “a árvore das ideias” e “Olhar, Ver, Interpretar”. Exposições como as que actualmente albergam as nossas galerias “Anos 70: atravessar fronteiras”, são palcos de excelência para este questionamento. Aqui, grande parte das obras desafia as regras do espaço museológico, uma vez que foi preciso

reconstituir objectos que já não existiam 30 anos depois de terem sido feitos e apresentados pela primeira ou última vez (nestes casos o que é a obra? O que é o património? A obra original que já não existe ou a reconstituição? A memória sobre a obra? A nova obra?). Aqui, os documentos que permitiram reconstituir a obra são expostos com a mesma importância que o objecto artístico, deixando que os pequenos (e grandes) visitantes se apercebam das várias dimensões por trás de uma obra de arte. 

NOTA

Créditos fotográficos: Adriana Pardal, Carlos Carrilho, Emília Rosa, Francisco Amorim Ferreira e Margarida Botelho.

RUI VIEIRA NERY,
Director do PGEC – Programa
Gulbenkian Educação para a Cultura
ROSÁRIO AZEVEDO,
Museu Calouste Gulbenkian
SUSANA GOMES DA SILVA,
Centro de Arte Moderna

As crianças e o património: algumas experiências no Brasil

A conservação do património é, fundamentalmente, uma questão de conscientização das novas gerações. Para que haja essa conscientização, é fundamental que a ideia seja incutida na população desde cedo. Sendo assim, a melhor forma de fazê-lo é através das crianças, que serão os adultos de amanhã. Neste sentido, é interessante que sejam feitas, nas escolas, palestras para crianças abordando o tema, assim como visitas aos principais monumentos de sua cidade.

Em diversas escolas particulares de Salvador (Bahia, Brasil), por exemplo, a ideia vem sendo colocada em prática há alguns anos, embora de maneira ainda tímida: palestras sobre a fundação da cidade e sobre fortificações têm sido ministradas a crianças desde, pelo menos, os quatro anos de idade. Visitas a diversos monumentos históricos da cidade (fortificações, igrejas, museus) ou mesmo passeios pelo centro histórico têm sido feitas com guias da área de história, arquitetura e turismo. Durante as visitas, assim como nas palestras, é aberto um espaço para que as perguntas feitas pelas crianças sejam respondidas.

Há alguns anos atrás, tivemos a oportunidade de elaborar e apresentar, em uma sala de aula, para crianças de um grupo de quatro anos de idade, um pequeno livro intitulado *Matheus e o Patrimônio*, que mostra um garoto – Matheus – que vai visitar, com sua mãe, o centro histórico de sua cidade e percebe que algumas edificações estão apresentando problemas. Estão sujas, descascadas,

com partes do reboco faltando e com plantas nascendo. Matheus, então, começa a questionar sua mãe, que lhe explica que os imóveis, com o passar dos anos, a depender de como foram construídos e conservados, podem se degradar, precisando de cuidados, do mesmo jeito que o ser humano precisa ir ao médico, caso não esteja bem. No final do texto, o garoto se mostra bastante interessado em cuidar do património, de maneira que o mesmo possa ser desfrutado pelas gerações futuras.

Terminada a leitura do texto, foram distribuídas cópias das ilustrações para as crianças colorirem, papéis para fazerem desenhos ligados ao tema e blocos plásticos de encaixar para criarem os seus monumentos. Pelo desempenho das crianças, vimos que assimilaram bem o conceito.

No Rio de Janeiro, a arquiteta Renata de Faria Pereira criou como personagem de história em quadrinhos um pássaro-professor e publicou inúmeras tirinhas em um jornal de grande circulação na cidade. Nas tirinhas, eram mostrados aspectos dos monu-

mentos – inclusive aspectos construtivos – e histórias da cidade.

Sempre o pássaro voava para algum local que possuía um monumento e falava sobre ele. Uma forma bastante interessante para mostrar a importância do património e atingir a todos, de crianças a adultos. A mesma arquiteta também publicou, com o mesmo personagem, um livro sobre o assunto.

Há vinte e cinco anos atrás, nem na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia se falava aos jovens, futuros arquitetos, sobre a importância da preservação do património. Hoje, a situação mudou e já é possível perceber, entre os alunos, um interesse pelo tema. As ações com as crianças devem ser ainda maiores, pois delas vai depender, no futuro, a preservação da nossa memória. Quanto mais cedo a informação for incutida nas pessoas, melhor. A divulgação através de histórias em quadrinhos é uma boa forma de conseguirmos atingir a população mirim.

Uma empresa nacional que trabalha com produtos para impermeabilização



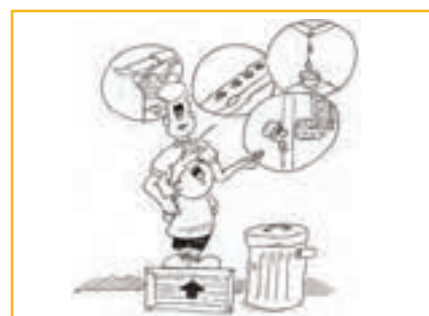
- Quando as construções são muito velhas, se não tivermos cuidado com elas, elas vão ficando "doentes".

- Doente, mamãe? Igreja é gente? Vai para o hospital?



- É... mas mamãe, porque aquelas paredes estão um pouco feias, descascadas?

Neste caso, a gente tem que chamar alguém para resolver os problemas.



- E como é que a gente faz para o património não ficar feio? - perguntou Matheus.

- A gente olha com atenção para ver o que está acontecendo com as construções. Por exemplo, se, quando chove, a água pinga dentro delas, se as madeiras estão sendo comidas pelos cupins ou se o revestimento das paredes está caindo.

de imóveis já utilizou personagens em quadrinhos famosos (*A turma da Mônica*, de Maurício de Souza) para divulgar seus produtos. O uso de histórias em quadrinhos poderia ser maior, pois tem grande penetração entre os pequenos, atingindo também os adultos. Alguns textos já começaram a ser elaborados para falar dos monumentos do Pelourinho, em Salvador, por Cedraz, autor baiano, e outros estão em elaboração.

É louvável, também, a iniciativa que algumas escolas estão tendo, de levar autores como estes para falar sobre os seus textos com as crianças. Uma outra forma viável para divulgar, de maneira lúdica, a importância do património entre os pequenos seria criar jogos diversos, usando representações de monumentos locais, para chamar a atenção para a sua existência. A música também seria um meio adequado de difusão da ideia da preservação, pois é, em si mesma, uma forma muito significativa de nosso património imaterial.

Para se preservar o património, temos que o conhecer; para conhecê-lo,

temos que visitá-lo, ler sobre sua história, discutir com outras pessoas a seu respeito. Cabe aos adultos incentivar as crianças a conhecer o que nossos antepassados fizeram, conversando sobre a história do local, sua importância e a importância de mantermos aquele legado para os nossos descendentes. O património, entretanto, não se restringe aos monumentos históricos. Temos também os bens móveis e o património intangível. No caso dos bens móveis, pode chamar-se a atenção das crianças para sua conservação da mesma maneira como foi feito com os monumentos. Só que, ao falar em património, temos que nos referir igualmente a certas lendas, tradições (roupas e comidas típicas) e músicas.

Nos dias atuais, muitas das tradições orais já foram registradas por alguns pesquisadores, sob a forma escrita, o que consiste num grande apoio para que a tradição não se perca. Sendo lidas pelas crianças, como simples histórias, as mensagens serão incorporadas ao seu conhecimento e, então, as tradições serão manti-

das vivas para as novas gerações. Quanto mais cedo o conceito de património e as formas de conservá-lo e preservá-lo for passada para os infantes, melhor! Seguramente, muitos deles ficarão felizes em colaborar para a sua conservação.

BIBLIOGRAFIA

CEDRAZ, Cláudio Cavalcante. *Pelourinho. A Turma do Xaxado*. Série Histórias da Bahia. Salvador: Editora Xaxado.

PEREIRA, Renata de Faria. *Caminhos do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Restauro, 2003.

SANTIAGO, Cybèle Celestino. *Matheus e o Património*. Ilustrações: E. R. X. de Carvalho. Salvador: 2003.

SOUZA, Mauricio de. *O time da Vedacit combatendo a umidade*. São Paulo: MSP, 2006.

Fonte das ilustrações: *Matheus e o Património*.

CYBÈLE CELESTINO SANTIAGO,
Professora Adjunta da Universidade
Federal da Bahia, Brasil
Doutora em Conservação do Património
Arquitetónico pela Universidade de
Évora, Portugal

As crianças e o parque edificado



Todos nós, em diversos momentos do ciclo de vida, temos diferentes estádios de mobilidade e esta passa, numa primeira etapa, por sermos crianças, termos uma pequena estatura, força física e campos visuais reduzidos, capacidade de percepção e avaliação do risco praticamente inexistente ou imatura. Nessa etapa, deslocamo-nos a correr, exploramos tudo o que nos rodeia, temos uma grande curiosidade natural e essas são condições universais do ser humano. Por isso, precisamos que os espaços sejam seguros e humanizados.

Há já vários anos que a Sociedade assumiu a existência de diversos grupos da população mais vulneráveis e tomou consciência da necessidade dos edifícios terem em consideração as suas particularidades.

A APSI (Associação para a Promoção da Segurança Infantil), desde 1992, preocupa-se com a segurança das crianças nos ambientes construídos e, nesse sentido, tem vindo a sensibilizar o sector da construção, o Governo e as autarquias, para a necessidade urgente de se projectar, construir e reabilitar tendo em consideração as características físicas e aptidões das crianças.

Consideramos o património não apenas como aquele que é histórico e monumental, mas, também, aquele que corresponde ao edificado corrente e com diversas idades, já que esse corresponde à grande parcela dos espaços em que todos nós habitamos diariamente.

A sociedade tem vindo a consciencializar-se de que esse património construído tem um valor insubstituível, quer para a economia do país, quer para as relações sociais e culturais entre os cidadãos. Ainda nesta perspectiva, podemos afirmar que é universal o reconhecimento da importância destes espaços construídos no processo de aprendizagem das crianças. Neste contexto, o espaço

construído deve favorecer a apropriação ou colonização e a identificação emocional das crianças, através de elementos apropriáveis que incentivem a usos distintos e mutáveis. Sociólogos como Helga e Hartmut Zeiher, apelidaram de “ilhas da infância” a tendência actual de isolar os espaços das crianças dos outros utilizados pelos adultos. O mesmo acontece com a especialização de espaços para adultos e para idosos, que, forçosamente, se tornam desinteressantes e, até mesmo, perigosos para as crianças. De facto, acontece, frequentemente, as cidades e os edifícios serem definidos funcionalmente, de modo a balizarem as actividades que lá se desenrolam, deixando pouco espaço para actividades espontâneas e segregando a população. Os espaços devem poder ser vividos e experimentados por todos e essa humanização da arquitectura será possível quando esta deixar de reear ser menos eclética. Uma arquitectura que sirva o Homem nos seus diversos estádios de vida deve ser permeável e funcional para a diversidade, permitindo e promovendo a interacção (dinâmica e natural) intergeracional (fig. 1).

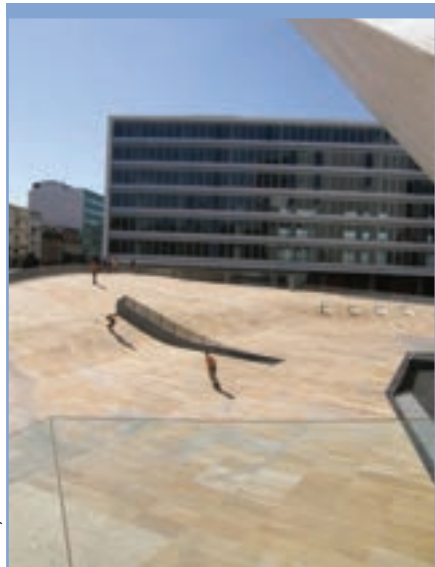
Se, para a construção nova, os novos regulamentos e exigências de segurança não são suficientes na protecção dos interesses da criança, no parque edificado existente (nomea-

damente na habitação) a situação actual é ainda mais grave e, por diversas vezes, causadora de morte ou incapacidades permanentes em crianças. Criar ambientes seguros é uma necessidade urgente e de fácil concretização, que implica o envolvimento de diversos sectores da construção. Deve abranger os diversos espaços que as crianças frequentam diariamente e nos quais devem ter a oportunidade de se movimentar, com crescente autonomia e sem riscos inaceitáveis, criados pela falta de previsão dos profissionais.

Os mais graves acidentes, no uso normal dos edifícios que envolvem elementos da construção, estão relacionados com guardas de varandas, galerias, escadas e janelas (quedas); piscinas, poços e tanques (afogamentos); equipamentos eléctricos (electrocussão); temperatura de elementos acessíveis (queimaduras); vidros (cortes).

No que diz respeito às guardas de varandas ou escadas, os principais problemas têm a ver com altura insuficiente e facilidade de escalada (fig. 2). Embora na construção nova estes aspectos tenham fácil solução, o problema reside no parque edificado existente que contém guardas que apresentam riscos inaceitáveis e que deveriam ser protegidas. Essa protecção deve ter em conta as seguintes

APSI/SE 2009



1 - Áreas envolventes do edifício que permitem integração de jovens cujo espaço na cidade é cada vez menor e mais marginalizado (Casa da Música, Porto).

recomendações: as guardas não devem facilitar a escalada; altura mínima de 1,10m, livre de qualquer elemento que permita o apoio de pés e de mãos; afastamento entre elementos verticais ou intervalo entre guarda e o edifício inferiores a 0,09m; guardas constituídas por elementos horizontais, ou outros que convidem a trepar, devem ser revestidas pelo interior com painel rígido contínuo (fig. 3); o corrimão deve desencorajar o escorregamento.

Para reduzir o risco de quedas de janelas, recomenda-se a adopção de caixilharias que incluam sistemas (de fácil manipulação por um adulto) que permitam limitar a sua abertura a um máximo de 0,10m. Os elementos acessíveis em vidro (janelas, portas e outros painéis) devem ser temperados ou laminados, de modo a evitar cortes.

O risco de electrocussão numa habitação é minorado com a instalação de tomadas de alvéolos protegidos e a distribuição estratégica de um número adequado de tomadas que permite a diminuição de extensões, cabos e fichas.

O afogamento, até aos dez anos, ocorre sobretudo em ambientes construí-

APSI/SE 2007



2 - Guardas que permitem escalamento pelo desenho e espaçamento dos seus elementos, a colocação das cadeiras facilita o acesso (Museu do Brinquedo, Sintra).

dos e familiares, tais como a banheira, piscina, lago de jardim, poço e tanques. O sistema mais eficaz e simples de proteger piscinas, poços e tanques, de forma a dificultar o acesso de crianças, é erguer uma barreira física, que não seja escalável nem transponível por uma criança com menos de cinco anos. Boas práticas atestam que a pouca profundidade e a colocação de redes de protecção em lagos promovem a segurança das crianças. No que diz respeito às queimaduras, uma boa organização funcional do espaço de cozinha, a utilização de torneiras termostáticas e a instalação de sensores de fumo e de temperatura são meios de as evitar.

Uma atenta concepção, construção, manutenção e reabilitação não dispensa, de forma alguma, a insubstituível vigilância mas contribui, significativamente, para a redução do número e gravidade dos acidentes com crianças relacionados com elementos de construção. Cabe aos profissionais do sector conhecer os riscos envolvidos e assegurar que estão devidamente controlados. Ao abordar o tema da segurança infantil procura-se dar, não só às crianças, mas a todas as pessoas, a possibilidade de

APSI/SE 2009



3 - Protecção de guarda, que apresentava distâncias excessivas entre prumos verticais, com elementos de vidro temperado ou laminado (edifício de habitação, Lisboa).

acederem e utilizarem os espaços construídos em condições de segurança, autonomia e conforto.

A qualidade do nosso património no futuro será determinada pelos jovens e crianças de hoje, cuja capacidade decisiva dependerá da educação e experiências que vivenciaram na fase mais importante e marcante das suas vidas – a infância. ■

BIBLIOGRAFIA

MENEZES, H.; ELOY, S. - *Segurança das crianças nos ambientes construídos*. Congresso Construção 2007 - 3.º Congresso Nacional, 17 a 19 de Dezembro, Coimbra, Portugal, Universidade de Coimbra. Actas editadas em CD, comunicação 107.

ZEIHER, Helga - *Shaping daily life in urban environments*. In CHRISTENSEN, Pia; O'BRIEN, Margaret - *Children in the city. Home, neighbourhood and community*. RoutledgeFalmer, 2003.

SARA ELOY,
Sócia da APSI e vogal da Direcção
Assistente do Departamento de Arqui-
tectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Conservação e restauro do pórtico central, grupo escultórico e escadaria da Via Latina no Paço Real das Escolas da Universidade de Coimbra

Uma intervenção muito pouco intrusiva num edifício emblemático

A Universidade de Coimbra é uma referência de Portugal, reconhecida em todo o mundo pela excelência do seu ensino e pela sua história, como uma das universidades mais antigas e com tradição, sendo um dos conjuntos arquitectónicos portugueses mais visitados.



1 - Tela cénica.

INTRODUÇÃO

A imagem que se tem da Universidade de Coimbra está intimamente ligada à Alta Universitária, formada por um conjunto arquitectónico heterogéneo de que se destacam as construções do chamado Estado Novo e, sobretudo, o Pátio e Paço das Escolas, dominados pela célebre Torre da Universidade. Foi o Paço das Escolas que aglutinou, em 1544, todas as Faculdades da Universidade de Coimbra, após a instalação definitiva da Universidade nesta cidade, em 1537.

A Via Latina é uma das edificações mais emblemáticas desse conjunto.

Foi erigida na segunda metade do século XVIII constituindo, na sua essência, um corpo de aparato adossado ao alçado interno norte do palácio escolar, como solução hábil para facilitar os acessos entre o Paço Reitoral, a Sala dos Capelos e os Gerais. Esta edificação foi alvo de uma intervenção de grande responsabilidade, entre Agosto de 2007 e Janeiro de 2008. O processo foi orientado pelo eng.º Fernando Marques, da Universidade de Coimbra, que coordenou uma vasta equipa multidisciplinar, quer na fase de projecto, quer na fase de execução dos trabalhos de intervenção. A empreitada foi adjudicada à AOF.

TIPO DE INTERVENÇÃO

A empreitada contemplava os trabalhos de conservação e restauro (C&R) de todo o conjunto. São de referir os trabalhos na superfície pétreo do edifício, que se encontrava em estado avançado de degradação, com colonização biológica, juntas abertas e executadas em argamassa de cimento, fissuras e fracturas, elementos metálicos oxidados, graffiti, entre outros. Estes trabalhos foram executados pela In Situ, colaboradora da AOF, e

são descritos no artigo seguinte.

As coberturas em telha estavam muito degradadas, com telhas partidas. As telhas eram do tipo canudo, de execução artesanal muito antiga, embora não tendo sido possível a sua datação.

Os rufos e caleiras apresentavam-se em estado de oxidação avançada, com deficiência de desenho, que dava origem à infiltração de água das chuvas. As portas exteriores apresentavam podridões, ferragens oxidadas e em falta, e deformações na sua geometria.

MÉTODO DE INTERVENÇÃO

Pretendia-se proceder aos trabalhos de C&R sem retirar a dignidade ao conjunto do Pátio da Escolas, reduzindo ao máximo o estaleiro, de forma a perturbar o mínimo possível os visitantes que naquela altura do ano eram em maior número.

O estaleiro foi montado no exterior do conjunto do Pátio e Paço das Escolas. No interior, junto ao local da obra, foi montado um tapume neutro, branco, onde foram afixados painéis nos quais os visitantes podiam acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.

A imagem do conjunto da Via Latina



2 - Aspecto das telhas, rufos e caleiros antes da intervenção.



3 - Aspecto dos rufos e caleiros depois da intervenção.



4 - Pormenores das portas exteriores.

também foi acautelada. Havendo a consciência de que era um dos pontos de interesse dos visitantes, foi executada e colocada uma tela cénica, em tamanho real com a fotografia do alçado a intervir, que completava a harmonia do conjunto. Foi interessante observar a curiosidade dos visitantes (fig. 1).

Foram também tomadas medidas de carácter ambiental, tendo sido executadas redes com tomadas de água e de esgoto em toda a área de intervenção, com sistema de decantação de líquidos e um apertado controlo ambiental.


Foram respeitadas todas as normas de segurança, tendo sido aplicados andaimes de acordo com a norma HD1000.

Relativamente aos trabalhos de C&R, as coberturas foram intervencionadas em pormenor, com remoção de todas as telhas partidas e limpeza do forro. As telhas em falta foram substituídas por telhas antigas idênticas, com as

mesmas dimensões, textura e cor que a AOF possui no seu estaleiro, tendo resultado um conjunto homogéneo.

Os rufos e caleiros foram integralmente substituídos por idênticos em zinco, com as mesmas formas, mas corrigidos nas dimensões, de modo a evitar a entrada de águas das chuvas (figs. 2 e 3).

As portas exteriores de madeira foram integralmente restauradas, com substituição das partes deterioradas, aproveitando ao máximo as pré-existências. Assim, foram executadas próteses com o mesmo tipo de madeira. As ferragens foram acertadas, com colocação das partes em falta, a limpeza das partes oxidadas com aplicação de conversor de ferrugem (fig. 4). De referir que foram utilizados, sempre que possível, materiais tradicionais, tais como a cal extinta a partir da pedra de cal e coada, o saibro, as madeiras da mesma proveniência das pré-existentes e as telhas de barro com o mesmo desenho, dimensões e idade.

O processo (projecto e respectiva execução) de conservação e restauro da Via Latina, dada a sua qualidade, foi premiado pela União Europeia e pela Europa Nostra no âmbito dos “European Union Prize for Cultural Heritage/Europa Nostra Awards 2009”, integrando um conjunto de projectos de elite, entre 138 candidaturas de 24 países. Tal facto muito orgulha a AOF, sendo mais um encorajamento à participação na intervenção no nosso património. 

FILIPE FERREIRA,
Engenheiro Civil
AOF - Augusto de Oliveira
Ferreira & C.^a, Ld.^a

O material pétreo

A conservação do pórtico central, grupo escultórico e escadaria da Via Latina, no Paço Real das Escolas da Universidade de Coimbra, foi realizada para o gabinete para as novas instalações da Reitoria da Universidade de Coimbra, estando os trabalhos da especialidade de conservação e restauro a cargo da IN SITU, Conservação de Bens Culturais, Ld.^a



Fachada da Via Latina antes e depois da intervenção.

ENQUADRAMENTO DA OBRA

A empreitada visava a limpeza, consolidação e a protecção das superfícies do monumento em pedra. Os trabalhos decorreram entre Setembro de 2007 e Janeiro de 2008. A metodologia de restauro implementada nesta intervenção teve como objectivo repor o equilíbrio físico e estético do conjunto arquitectónico, restituindo a homogeneidade e as características inerentes à sua concepção e construção, garantindo, assim, a sua salvaguarda para o futuro. As soluções construtivas e os materiais escolhidos respeitaram a autenticidade histórica e arquitectónica do monumento.

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Numa intervenção desta dimensão e importância, são diversos e numerosos os trabalhos executados. Neste caso, as formas de degradação estavam previamente identificadas e cartografadas, sendo necessária a realização de alguns ensaios que permitiram aferir as metodologias de trabalho a implementar.

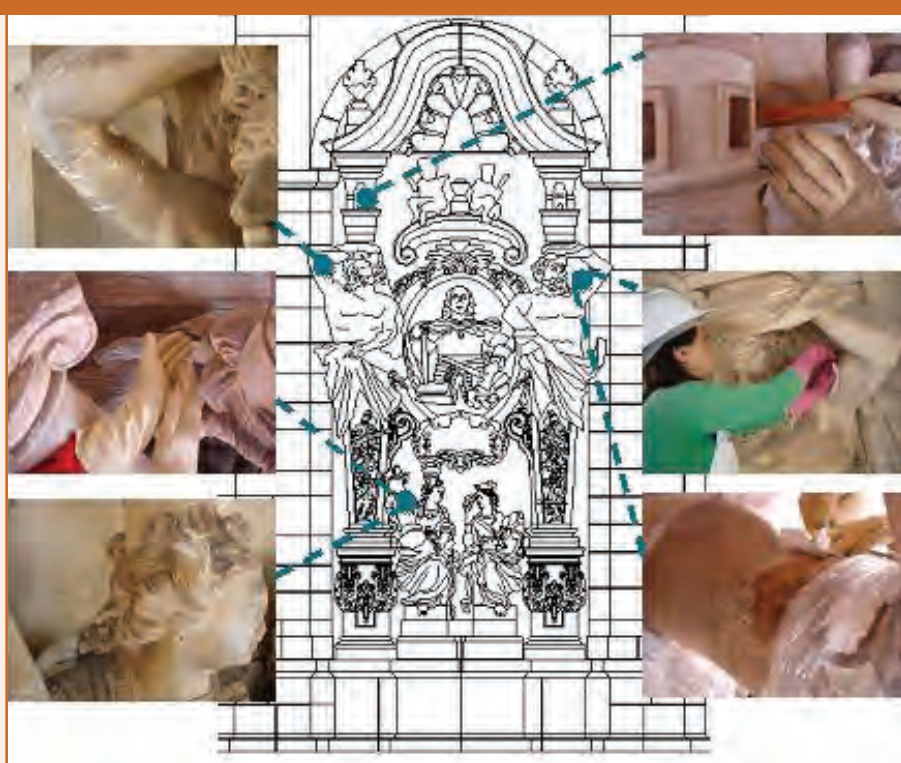
Em relação à colonização biológica existente, realizaram-se ensaios de aplicação de biocida identificando o método mais eficaz para a eliminação da colonização microbiológica. Para estes ensaios, foram seleccionadas áreas

que tipificavam a colonização biológica existente, áreas de líquenes e, uma segunda zona, com incidência de fungos e algas. Foram aplicados vários produtos em várias concentrações e, após a avaliação do nível de limpeza obtido, com recurso a um espectroclorímetro, foi definida a metodologia mais adequada.

Em termos gerais, foram realizados os trabalhos de limpeza da pedra, por via húmida, com escovas de nylon e água corrente; abertura, limpeza e refechamento da totalidade das juntas; colagem de fragmentos; estabilização de todos os elementos instáveis; tratamento de estabilização ou remoção de

Método de limpeza		Resultados obtidos
Limpeza por via húmida	<ul style="list-style-type: none"> . Aplicação de pasta de papel com água destilada a 20°C e 30°C . Aplicação de pasta de papel com água destilada e detergente neutro a 20°C e 30°C . Limpeza suave, com escovagem suave (escovas macias de nylon) e água destilada . Limpeza com vapor de água 	<ul style="list-style-type: none"> . Alguns resultados nas manchas escurecidas . Alguns resultados nas manchas enegrecidas . Bons resultados nas manchas enegrecidas . Bons resultados nas manchas escurecidas
Limpeza a seco	<ul style="list-style-type: none"> . Limpeza suave, a seco, recorrendo a escovas macias de nylon . Limpeza recorrendo a borrachas de várias durezas 	<ul style="list-style-type: none"> . Remoção apenas de películas e partículas soltas . Bons resultados na remoção das inscrições a grafite, a borracha mais eficaz variou conforme a inscrição, das dez testadas foram utilizadas três.

Resumo dos testes de limpeza efectuados no grupo escultórico.



Testes de limpeza realizados no grupo escultórico.

elementos metálicos; criação de rampas de escoamento nas superfícies horizontais; aplicação de um produto hidrofugante, entre outros.

Destacam-se, aqui, alguns dos trabalhos com maior interesse, quer pela sua especificidade quer pelo grau de dificuldade apresentado.

No grupo escultórico central, foram testados diversos métodos de limpeza, de modo a adequar a metodologia com o objectivo de não remover a patina laranja aplicada sobre os elementos do grupo escultórico. No decorrer desta acção, recolheram-se amostras para a determinação da origem da cor laranja observada. Foi possível determinar que a patina é constituída por um pigmento ocre amarelo sobre uma camada de preparação branca tratando-se de uma antiga camada de cor. Assim, tornou-se imprescindível definir uma metodologia que não mobilizasse esta camada cromática, realizando-se, em primeiro lugar, uma

limpeza suave a seco por aspiração. No entanto, persistiram várias manchas enegrecidas na superfície, pelo que foi necessário realizar testes de limpeza progressivos, começando pelos menos agressivos e aumentando a intensidade da limpeza sempre que o teste anterior não mostrava uma eficácia suficiente.

Com base nos testes realizados, efectuou-se uma segunda acção de limpeza, por via húmida, nas zonas de manchas enegrecidas. Assim, foi realizada uma escovagem suave com água. Os testes realizados procuraram garantir a limpeza das zonas com manchas enegrecidas persistentes, salvaguardando a patina laranja. As diversas inscrições que se observam no grupo escultórico, maioritariamente realizadas em grafite, foram removidas recorrendo a borrachas comerciais previamente testadas.

A esfera armilar, que encima o grupo escultórico central em chumbo, apre-

sentava-se muito alterada, tendo perdido a sua forma original. Para este estado contribuiu, de forma notória, a presença de ninhos de pombos no local. Após a limpeza deste elemento, foi possível identificar uma camada de policromia sobre o chumbo. As análises realizadas, no Laboratório de Pintura do Núcleo de Conservação e Restauro, da Universidade Nova de Lisboa, permitiram determinar a existência de duas camadas de policromia distintas. Uma primeira, mais antiga, com folha de ouro aplicada sobre uma camada de preparação de cor branca e uma segunda camada de cor alaranjada rica em carbonato de cálcio e pigmentos terra. A esfera em chumbo foi trabalhada de modo a restituir a sua forma original. As zonas fracturadas foram reparadas com soldas de chumbo permitindo a anelagem da estrutura. As lacunas na camada de policromia foram reintegradas, à semelhança da camada cromática identificada.

A obra decorreu em clima de abertura e colaboração entre todas as equipas de trabalho, nomeadamente, o eng.^o Fernando Marques, responsável pelo projecto e a equipa de fiscalização, e a equipa da Augusto Oliveira Ferreira, empreiteiro geral da reabilitação. Todas as partes envolvidas no processo mostraram um grande empenho na resolução de todas as questões que foram surgindo no decorrer da obra, tendo sido, assim, possível garantir o cumprimento dos objectivos e a realização de um bom trabalho final.

MADALENA RODRIGUES,
Geóloga, mrodrigues@insitu.pt
DAVID LLANOS,
Técnico de Conservação e Restauro
FÁTIMA DE LLERA,
Técnica de Conservação e Restauro,
Sócia Gerente
IN SITU, Conservação de
Bens Culturais, Ld.^a
insitu@insitu.pt

Declaração de Taormina

Salvemos a memória e a identidade da Europa

Adoptada pelos participantes do FORUM EUROPA NOSTRA sobre
“A salvaguarda das vilas e aldeias históricas da Europa e da sua paisagem envolvente”,
organizada em cooperação com a ITÁLIA NOSTRA

Taormina, Sicília, 4 de Junho de 2009

As vilas e aldeias históricas da Europa devem ser consideradas pérolas do património cultural europeu. Cada vila ou aldeia testemunha uma evolução e uma história únicas, que se reflectem no seu património construído, arquitectónico e urbano, e nas paisagens criadas pela natureza ou pelo Homem nas quais o património se insere.

Enquanto tal, as vilas e aldeias históricas constituem um importante repositório da memória da Europa e, logo, dos fundamentos do sentido de identidade para numerosos cidadãos e comunidades da Europa.

As vilas e aldeias históricas da Europa enfrentam grandes desafios e ameaças concretas visando a sua integridade. Estas ameaças emanam dos modernos desenvolvimentos económicos e sociais que se sucedem sem parar e com grande rapidez. Estes desenvolvimentos colocam as vilas e cidades numa posição de extrema vulnerabilidade.

Por outro lado, o recente tremor de terra que atingiu L'Aquila e a região de Abruzzo, no dia 6 de Abril de 2009, recorda-nos até que ponto as vilas e aldeias históricas podem ser devastadas quando sujeitas à acção das forças da natureza ou dos desastres naturais.

A fim de salvaguardar, séria e eficazmente, a integridade e a autenticidade dos centros históricos habitados destas vilas e aldeias, e, por conseguinte, para valorizar a qualidade de vida das gerações presentes e fu-

turas dos seus habitantes e, desse modo, o conjunto da população, as autoridades públicas devem agir a todos os níveis – europeu, nacional, regional e local – para pôr em prática iniciativas políticas responsáveis e duráveis de protecção. Para assegurar esta protecção, as comunidades locais devem ser plenamente mobilizadas e os agentes da sociedade civil devem aumentar a sua pressão. É igualmente necessário sublinhar que o grande e complexo tecido de vilas e aldeias históricas espalhadas através do território vasto e variado do continente europeu constitui a textura essencial e a estrutura de base da própria paisagem europeia. É vital que esse tecido, bem como as suas componentes individuais, seja protegido e sustentado para as ajudar a prosperar.

Tendo em conta estes considerandos, os participantes no Forum Europa Nostra sobre a salvaguarda das vilas e aldeias históricas da Europa, afirmam o seguinte:

A protecção da paisagem deve ser promovida em respeito de regras e metodologias apropriadas – criando zonas de paisagem – que governam a planificação rural e urbana, assim como o funcionamento das organizações a elas respeitantes. Em Itália, por exemplo, estas regras e metodologias são incorporadas na nova Lei do Património Cultural e da Paisagem, recentemente adoptada. Tais leis devem ser respeitadas pelos governos nacionais e regionais, com

minúcia e grande cuidado, e devem incluir calendários realistas e aplicáveis. A introdução das regras para a planificação e a repartição das zonas rurais e urbanas deve ter como principal objectivo assegurar a protecção da paisagem rural, com as suas culturas tradicionais, os seus métodos de trabalho e as suas técnicas de divisão da terra. Estas regras devem, também, ter em conta o facto da paisagem rural estar hoje fortemente ameaçada pela agudização de uma expansão urbana rápida e irreversível. Estas regras de protecção devem ser conformes com a Convenção Europeia da Paisagem do Conselho da Europa.

O restauro e a revitalização das aldeias históricas, incluindo as mais pequenas, devem ser executados em conformidade com métodos e investigações históricos, antropológicos e tipológicos, suficientemente minuciosos e precisos. Por outro lado, estes trabalhos devem respeitar plenamente os princípios de conservação e de renovação urbana, encorajando a reutilização e a adaptação de estruturas e espaços existentes como alternativa eficaz a novas expansões urbanas que tendem a esgotar o solo e os recursos territoriais não renováveis.

Antes de iniciar uma intervenção de restauro ou de regeneração, devem levar-se a cabo avaliações rigorosas no que concerne a qualidade do projecto e o seu impacto potencial sobre o tecido histórico da vila ou aldeia em causa, assim como sobre o

Italia
Nostra



espaço e a paisagem envolventes. Durante a realização da intervenção, devem assegurar-se um controlo e uma supervisão rigorosos, e deve levar-se a cabo, depois, uma avaliação para obter um retorno e sugestões para desejáveis melhorias.

Estes critérios devem ser respeitados de maneira urgente no decurso da reconstrução e reparação das aldeias atingidas pelo recente tremor de terra em Abruzzo, em Itália. É crucial que se proceda a uma reabilitação e uma revitalização imediatas e precisas do centro urbano de L'Aquila e do seu excepcional recinto monumental, mas, também, das outras vilas e aldeias históricas vizinhas, menos conhecidas, que foram danificadas por este mesmo tremor de terra.

É essencial envolver a geração jovem através de múltiplos projectos educativos e formativos, quer dentro, quer fora das escolas. Tal contribuirá para uma mais forte tomada de consciência das responsabilidades cívicas e, também, da beleza e do valor das paisagens que envolvem as nossas vilas e aldeias históricas.

Deve ser feito um apelo às universidades para que possam desempenhar o seu papel essencial de oferecer formação profissional e de criar programas educativos no sector da protecção e da valorização do património cultural, simultaneamente para o património rural e o urbano, quer construindo, quer natural.

Num momento de renovação e de eleições para o Parlamento Europeu, os participantes do Forum Europa Nostra de Taormina apelam para que as Instituições da União Europeia assumam as suas responsabilidades e empreendam acções urgentes e eficazes, incluindo no plano financeiro (através dos fundos estruturais e de outros fundos comunitários), para assegurar a salvaguarda das vilas e aldeias históricas da Europa e das suas paisagens envolventes.

Traduzido da versão francesa. As versões francesa, inglesa e italiana encontram-se disponíveis em www.europanostra.org.

EDIÇÕES ORION



João G. Appleton + Isabel Domingos

Biografia de um Pombalino

Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa



João G. Appleton
+
Isabel Domingos

Biografia de um Pombalino

Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa

... A "Biografia de um Pombalino" é isso mesmo, é a história de um edifício comum, da sua origem e evolução até à decadência, é a sequência de tempos e decisões que levaram à sua reabilitação. E essa história é contada com toda a minúcia, sem segredos a desvendar, apresentando-se aos leitores em toda a sua plenitude, sujeitando-se sem reservas ao seu juízo. Cada passo, cada material e cada decisão de projecto e de obra são apresentados exhaustivamente; quando se acaba a leitura desta biografia ganhou-se o conhecimento profundo do objecto e do seu valor e aprendeu-se a compreender as angústias, as dúvidas e os sucessos de projectistas e construtores. ... (da contracapa)

À VENDA NA LIVRARIA
VIRTUAL DO GECORPA

Mecanismos de responsabilização em conservação e restauro de bens culturais

Embora pecando por tardia, a recente legislação introduz um mecanismo prévio de responsabilização em relação às intervenções no património cultural. Trata-se do Decreto-Lei n.º 140/09, de 15 de Junho, que estabelece os normativos que são necessários cumprir tendo em vista a conservação e o restauro dos bens culturais imóveis, móveis e o património integrado em bens culturais imóveis e identificado, como tal, no respectivo acto de classificação ou no acto de abertura do procedimento de classificação. Este reforço de competências e de responsabilidades dos organismos da administração central responsáveis pela salvaguarda e a valorização do património cultural, obrigará a um reforço dos meios técnicos, humanos e financeiros, hoje em dia manifestamente insuficientes.



Cristo Salvador. Igreja de Figueiredo, Braga.

A referida legislação regulamenta a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, ao introduzir “o mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural”. Esse mecanismo de controlo prévio é da responsabilidade da “Administração do Património Cultural Competente” (APCC) ou seja, dos organismos do Ministério da Cultura

com responsabilidades nesta matéria, como o IGESPAR, o IMC e as Direcções Regionais de Cultura.

Disposições gerais

No capítulo respeitante às disposições gerais, afirma-se que o actual regime jurídico abrange os bens culturais imóveis, móveis, bem como o património integrado em bens culturais imóveis e “identificado como tal no respectivo acto de classificação ou no acto de abertura do procedimento de classificação”. Muitas das actuais classificações de imóveis, designadamente de monumentos religiosos, deveriam ser reapreciadas à luz da actual legislação uma vez que, com algumas excepções, a filosofia subjacente ao acto de classificação de um imóvel não incluía o património artístico integrado.

No domínio dos princípios gerais que devem nortear as intervenções de reabilitação, conservação e restauro são estabelecidos *princípios orientadores*: prevenção, planeamento, graduabilidade, fiscalização e informação (art.º 2.º).

Importa referir que, em relação às intervenções em bens culturais classificados e em vias de classificação, incluindo o património integrado, passa a ser uma exigência o parecer prévio da APCC. Este mecanismo já existia para o património arquitectónico,

cabendo ao IGESPAR e às Direcções Regionais de Cultura essa tarefa. O aspecto inovador desta legislação diz respeito aos bens culturais móveis e património integrado.

Caberá ao Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), em articulação com as Direcções Regionais da Cultura, ou à entidade responsável pela realização das intervenções nos referidos bens, elaborar os pareceres prévios.

Relatórios, vistorias, fiscalização e peritagens

De acordo com os artigos 3.º e 6.º, para quaisquer intervenções em bens culturais passa a ser obrigatória a entrega do relatório prévio e outros elementos que sejam exigidos pela APCC como informações complementares. Igualmente obrigatória é a vistoria prévia que deverá ser realizada pela APCC competente, no prazo de 20 dias após a recepção do relatório prévio, relativamente a bens culturais classificados de interesse nacional. Serão, igualmente, objecto de acompanhamento, por parte dos técnicos da APCC, as obras ou intervenções em bens culturais que se traduzirão na realização de exames, vistorias, fiscalização técnica, avaliações e peritagens.

Haverá um relatório intercalar (art.º 9.º) sempre que a APCC o determine e

um relatório final (art.º 10.º) que passa a ser obrigatório e que deverá ser entregue pela direcção das obras ou intervenções no prazo de 30 dias após a conclusão dos trabalhos, podendo a APCC solicitar elementos adicionais para integrar o referido relatório. O artigo 11.º estabelece os itens que deverão constar do relatório, com destaque para os “exames e análises realizados”, levantamento videográfico e fotográfico, plano de monitorização e, eventualmente, outros elementos adicionais.

Nos artigos 16.º e 17.º, afirma-se que as intervenções em bens culturais móveis e património integrado são obrigatoriamente sujeitas à autorização da administração do património cultural competente; que no pedido de autorização deve constar, para além da identificação do proprietário dos bens, o relatório

prévio, o comprovativo das qualificações exigidas ao responsável pela direcção das obras e das intervenções, a composição e currículos profissionais dos elementos da equipa técnica, o prazo de execução e orçamento previstos.

Autoria do relatório prévio para bens culturais móveis – Artigo 18.º

Como foi já referido, o relatório prévio é sempre obrigatório para qualquer intervenção de conservação e restauro em bens culturais, sendo o mesmo da responsabilidade de um técnico com formação superior de 5 anos em conservação e restauro e 5 anos de experiência profissional, devendo estas serem relevantes na respectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa.

A APCC pode admitir, a título excepcional, que o relatório prévio seja

realizado por técnicos menos habilitados do ponto de vista de currículo académico, embora sejam exigidos os 5 anos de experiência profissional.

Efectivamente, existem técnicos com uma larga experiência profissional mas que, na altura em que iniciaram as suas funções, o nível de formação curricular exigido era o de apenas três anos. De salientar que os cursos de conservação e restauro só passaram a fazer parte do ensino superior, primeiro a nível do politécnico nos finais dos anos 80, e depois a nível universitário nos anos 90, tendo havido antes dessa data cursos de elevada exigência técnica e científica mas que não foram, na altura, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Identificados os elementos que devem constar do relatório prévio (art.º 19.º) e dos prazos de decisão para fazer aprovar ou

A **stap** GANHA O “AWARD OF EXCELLENCE 2009” DO INTERNATIONAL CONCRETE REPAIR INSTITUTE,



Legenda:
1 - O silo durante a reparação, em 1999
2 - O silo em Outubro de 2009



ICRI

A **Stap** candidatou, este ano, uma obra sua ao prémio do International Concrete Repair Institute, **ICRI**, na categoria “Longevidade”, que pretende pôr em evidência a eficácia e durabilidade das intervenções de reabilitação de construções de betão. A obra apresentada foi a do Silo de cereais e produtos afins de Lagoa, S. Miguel, Açores, pertencente à Sociedade Açoreana de Sabões, SAS.

Dez anos depois da intervenção, o excelente comportamento do silo mereceu à **Stap**, em competição com empresas dos Estados Unidos, do Canadá e de outras partes do mundo, a atribuição do “Award of Excellence”, o máximo galardão atribuído por categoria.

O **ICRI** (www.icri.org) é uma instituição sediada nos Estados Unidos, que agrega as empresas e profissionais que se dedicam a este segmento de actividade e tem por objectivo promover a qualidade do restauro, reparação e protecção do betão através da formação e da comunicação entre os associados e os utilizadores dos seus serviços.



Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.

Titular do Alvará de Construção N.º 1900

Sede: Rua Marquês de Fronteira N.º 8, 3.º Dt.º
1070-296 Lisboa

Tel.: 213 712 580 Fax: 213 854 980

info@stap.pt www.stap.pt



ICRI Award
of Excellence '09



excelência '09



Igreja do Menino de Deus, Alfama.

não as propostas de intervenção de conservação e restauro, é colocada a questão do indeferimento da autorização.

Indeferimento – Artigos 21.º a 23.º

O indeferimento pode ocorrer quando:
1 – Num prazo nunca inferior a 10 dias o requerente não apresente todos os elementos exigidos e expressos no art.º 17.º.

2 – A APCC considere insuficientes ou inadequadas as qualificações ou a experiência profissional do responsável pela direcção das obras ou intervenções ou da respectiva equipa técnica. Havendo substituição dos elementos da equipa, a decisão deverá ser comunicada à APCC para emissão de parecer favorável.

As alterações não previstas nas propostas de intervenção deverão ser comunicadas à APCC.

Suspensão dos trabalhos – Artigo 24.º

Poderá ocorrer suspensão dos trabalhos quando houver situações que não estejam em conformidade com o inicialmente previsto e afectem o bem cultural objecto da intervenção.

Revogação da autorização – Artigo 26.º

A autorização para a realização de trabalhos de conservação e restauro pode ser revogada quando:

1 – Forem detectadas alterações aos

projectos autorizados ou erros graves que comprometam o bem cultural.

2 – O prosseguimento das intervenções se revele prejudicial à salvaguarda do bem cultural.

3 – Houver alteração do responsável da intervenção sem conhecimento prévio e autorização da APCC.

Intervenções coercivas – Artigo 27.º

1 – A APCC pode determinar a execução de obras ou intervenções em bens culturais móveis quando se revelem indispensáveis à sua integridade, evitando a sua perda, destruição ou deterioração.

2 – Quando o proprietário não iniciar as intervenções que lhe sejam determinadas ou não as realizar nos prazos fixados, a APCC pode determinar o depósito coercivo do bem em instituição adequada e proceder à execução das intervenções sendo os custos das mesmas da responsabilidade do infractor.

Regime sancionatório – Artigos 27.º a 29.º

Estão previstas contra-ordenações respectivas coimas para pessoas singulares (entre 500 a 3 500 €) e colectivas (3 500 a 5 000 €) por incumprimento das regras estabelecidas pelo decreto-lei, cabendo a instrução do processo e respectivas coimas à APCC.

Intervenções realizadas pela APCC – Artigo 32.º

As referidas intervenções estão sujeitas à elaboração dos relatórios previstos no presente decreto-lei, *sendo dispensada a elaboração do relatório prévio e intercalar por despacho do dirigente máximo do serviço competente.*

Obras ou intervenções urgentes – Artigo 34.º

Em caso de risco de destruição ou de perda de um bem cultural poderá ser excepcionalmente dispensado relatório prévio, procedendo-se à vistoria prévia.

Informação – Artigo 36.º

Os serviços competentes do MC publicarão, em página electrónica, os dados estatísticos respeitantes às obras e intervenções previstas neste decreto-lei.

Confidencialidade – Artigo 37.º

A divulgação pública das intervenções pode ser restringida por iniciativa da APCC ou do proprietário do bem quando da sua divulgação resulte perigo para a sua segurança. Ou que diga respeito a dados abrangidos por segredo comercial ou industrial, propriedade artística e científica ou sujeitos a outras regras de confidencialidade.


Procedimento Informatizado – Artigo 38.º

A instrução dos pedidos referentes a obras ou intervenções em bens culturais deve ser realizada por via electrónica, através de uma página electrónica dos serviços competentes do Ministério da Cultura.

Contratualização – Artigo 39.º

A APCC pode recorrer à contratação de entidades especializadas quando tal se revele estritamente necessário ao cumprimento das suas obrigações.

Cooperação científica e com o Ensino – Artigo 40.º

Estão previstas formas de cooperação com entidades vocacionadas para o ensino e a investigação nas áreas da conservação e restauro. 

JOSÉ MARIA AMADOR,
Director do Departamento de
Conservação e Restauro
IMC – Instituto dos Museus e da
Conservação



Tintas Robbialac S.A.

A empresa Tintas Robbialac, S.A. está no mercado português há cerca de 80 anos, tendo integrado em 2004 o Grupo Materis, um dos líderes mundiais na indústria química especializada para a construção.

A Tintas Robbialac, S.A. está presente em todo o território nacional, com cerca de 1500 postos de venda, entre os quais se incluem 55 lojas próprias, 130 revendedores exclusivos e, ainda, em revendedores multimarca e em grandes superfícies de bricolage. Em Portugal, a empresa tem ainda uma fábrica e dois armazéns que assistem esta vasta rede comercial.

Ao longo dos anos, a empresa foi responsável pela introdução das principais inovações tecnológicas e de produto, posicionando-se desde sempre como um dos principais *players* no mercado das tintas decorativas.

Em 1991, a Tintas Robbialac, S.A. foi a primeira empresa do sector a implementar o sistema de Garantia de Qualidade ISO 9001. A Qualidade dos produtos, confiança, acessibilidade, assistência, e respeito por questões ambientais são alguns dos valores pelos quais se rege a empresa e que sustentam toda a sua actuação no mercado português.

A Investigação e Desenvolvimento é também uma aposta da empresa, num contexto em que a legislação aplicada à protecção do meio ambiente assume um papel primordial, a par do aparecimento de novos materiais e novos processos tecnológicos. Garantir a conformidade com as exigências da União Europeia relativamente ao nível de COVs, tem sido a principal meta em todas as áreas de negócio em que a Tintas Robbialac, S.A. actua: tintas decorativas, repintura automóvel e isolamento térmico. É também nesta última área que a empresa Tintas Robbialac, S.A. reforça a sua posição de liderança com a marca Viero. A Viero disponibiliza uma vasta gama de soluções: isolamento térmico e reabilitação urbana, que vão desde sistemas acrílicos a naturais, como a cal, siloxanos, silicatos e soluções decorativas. Exemplo disso é o sistema Cappotto, o método de isolamento térmico pelo exterior mais avançado do mercado.

Com o objectivo de satisfazer todas as necessidades do mercado, a Tintas Robbialac, S.A. apresenta um vasto portfolio de produtos, caracterizado por uma oferta multimarca. Com produtos direccionados para diferentes segmentos do mercado, tem associadas as marcas Viero, Vip, Classidur, Cuprinol, Hammerite, Aguaplast, Graco e Standox além da principal e histórica marca da empresa: Robbialac.

Contactos Tintas Robbialac SA:

S. João da Talha . Apartado 1404 / EC . Bobadela (Loures) . 2696-901 Bobadela LRS
Telefone: 21 994 77 00 . Fax: 21 994 77 94 . www.robbialac.pt . Email: robbialac@robbialac.pt

Robbialac

tintas Vip

Viero

classidur

A selecção de empreiteiros para a reabilitação do património histórico-artístico

De entre os procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (de agora em diante CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o concurso limitado por prévia qualificação é aquele que por excelência, sem restringir a concorrência, permite a escolha das entidades mais qualificadas para apresentar proposta, pois, numa 1.ª fase haverá lugar à selecção dos candidatos de acordo com a sua capacidade técnica e/ou financeira e, numa 2.ª fase, à escolha da melhor proposta. Neste procedimento, ao contrário do ajuste directo – que também permite a escolha das entidades a convidar, mas sem concurso e daí o limite dos € 150.000,00 –, não existe limite para o valor do contrato a celebrar, mas apenas a obrigatoriedade de publicação de anúncio no JOUE para contratos a partir dos € 5.150.000,00.

Efectivamente, o legislador do CCP, dando cumprimento à directiva comunitária, simplificou o procedimento concorrencial mais utilizado durante a vigência do DL 59/99, de 2 de Março, o concurso público, transformando-o num procedimento célebre e simples, que permite uma escolha rápida da entidade a contratar para executar obra pouco qualificada, mas sem possibilidade de avaliar a qualificação técnica e/ou financeira dos concorrentes.

Na realidade, quando a entidade adjudicante escolhe o concurso público é porque entendeu, em face da simplicidade da obra em causa, que se basta com a habilitação atribuída pelo InCI, IP (ex-IMOPPI), através da emissão do título de registo ou do alvará. O concurso público no seu actual figurino, efectivamente, já não tem fase de verificação da qualificação técnica e financeira dos concorrentes, a qual foi suprimida.

Deste modo, se a natureza da obra a executar – designadamente, se se tratar duma obra de reabilitação do património histórico-artístico –, aconselhar e mesmo exigir uma especial qualificação técnica e/ou financeira dos candidatos, então, **o procedimento adequado à escolha das entidades que irão apresentar proposta e executar a obra é o concurso limitado por prévia qualificação.**

Isto porque, é neste procedimento, ou seja, no concurso limitado por prévia qualificação que, tal como o nome indica só os candidatos pré-qualificados apresentarão proposta. Efectivamente, só neste tipo de procedimento – e não já no concurso público – é que a entidade adjudicante poderá, segundo um juízo de adequação à natureza e especificidades da obra a executar, exigir uma determinada experiência curricular dos candidatos, a qualificação dos seus recursos humanos (licenciados, bacharelados, cap's, etc.), determinados equipamentos, sistemas de controlo da qualidade, de gestão ambiental, etc.. Seleccionados os melhores pelo crivo da qualificação técnica (que também poderá ser financeira a qual é, aliás, obrigatória nos concursos limitados acima dos € 5.150.000,00), só esses apresentarão proposta.


A melhor proposta será, então, escolhida atendendo ao critério de adjudicação adoptado no Programa do Concurso, que deverá ser o da **proposta economicamente mais vantajosa**, o que permitirá avaliar a qualidade técnica da proposta (já não a do concorrente cujas qualidades foram avaliadas na 1.ª fase), mas que também poderá ser o do preço mais baixo – que será ainda assim menos aconselhável –, dado que, os concorrentes que apresentaram proposta, já serão os melhor qualificados para o fazer.

Na verdade, entre os procedimentos de escolha da entidade a contratar plasmados no CCP, o concurso limitado por prévia qualificação deve ser o escolhido para a execução de obras que pela sua complexidade, particularidade ou especificidade exijam especiais conhecimentos técnicos e experiência dos concorrentes. É seguramente o que se passa com a selecção das entidades a contratar para a reabilitação do património histórico-artístico.

O reconhecimento dessa especificidade conduziu, aliás, o legislador na Portaria n.º 19/2004, de 10 de Janeiro, à previsão na 1.ª Categoria (Edifícios e património construído) de uma **10.ª subcategoria para o restauro de bens imóveis histórico-artísticos**. Repare-se que, não está aqui em causa a natureza dos trabalhos a realizar, mas

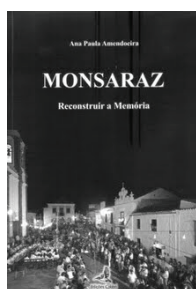
a **especial natureza do objecto da intervenção – o património histórico-artístico**. Pelo que, perfilhamos o entendimento segundo o qual, à luz da actual legislação que regula os alvarás e a contratação pública, quaisquer trabalhos de reabilitação em património histórico-artístico, seja qual for a natureza ou espécie da intervenção (ao nível da cobertura, na estrutura ou mesmo quaisquer trabalhos não estruturais), exige que o adjudicatário tenha a **10.ª subcategoria da 1.ª categoria em classe suficiente para o valor da obra**.

Não se pode por isso perceber que, o Ministério da Cultura, através do IGESPAR, tenha recentemente lançado, com vista a seleccionar empreiteiros para reabilitar património histórico-artístico, **três concursos públicos** (já de si procedimento pouco adequado) em que o **critério de adjudicação é o do menor preço**, com a agravante de poder ser **adjudicatário** em qualquer daqueles procedimentos um empreiteiro que não seja titular de **alvará com a 10.ª subcategoria da 1.ª categoria (restauro de bens imóveis histórico-artísticos)**. Dado que, a titularidade daquela 10.ª subcategoria surge naqueles procedimentos como alternativa à mera classificação como Empreiteiro geral de reabilitação e conservação de edifícios na 1.ª categoria em classe correspondente ao valor da proposta.

Cremos que, quer o tipo de *procedimento adoptado* – o concurso público e não o concurso limitado por prévia qualificação –, o *critério de adjudicação* – o de menor preço e não o da proposta economicamente mais vantajosa – e a *habilitação* exigida – sem obrigatoriedade da 10.ª subcategoria da 1.ª categoria (restauro de bens imóveis histórico-artísticos), devem ser rapidamente revistos, a bem e para salvaguarda da inestimável missão de preservação do legado humano e cultural que constitui o património histórico-artístico português. 

A. JAIME MARTINS,
Advogado da ATMJ – Sociedade de Advogados, RL
a.jaimemartins@atmj.pt

Monsaraz . Reconstruir a memória



Ana Paula Amendoeira apresentou o seu mais recente trabalho intitulado "Monsaraz. Reconstruir a memória".

No passado dia 24 de Outubro, e após o lançamento do livro em Reguengos, coube à Casa do Alentejo, em Lisboa, receber a autora.

Esta publicação, que contou com o prefácio de José Aguiar, Presidente do ICOMOS-Portugal, foca a história recente de Monsaraz desvendando a construção da imagem da vila, ao longo do século XX. O livro encerra quatro capítulos (a análise geo-histórica, a análise do processo de conservação, a transformação social e económica e a transformação e mistificação urbana), no decurso dos quais se retrata o processo de patrimonialização, empreendido nas últimas décadas, de forma detalhada. Ana Paula Amendoeira foi Secretária Geral do ICOMOS-Portugal e membro do Comité Executivo Internacional do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS, em Paris. Desenvolve, desde 2008, uma investigação de doutoramento sobre Património Mundial da UNESCO na Universidade de Paris, Sorbonne.

EGC

NOTA

Livro disponível na Livraria Virtual do GECORPA, em www.gecorpa.pt.

Jornadas Europeias do Património 2009 "Vi(r)ver o Património"

De 25 a 27 de Setembro passado, a Câmara Municipal de Coimbra aderiu às Jornadas Europeias do Património cujo tema foi "Vi(r)ver o Património". O Gabinete para o Centro Histórico organizou várias actividades, destacando-se um *peddy-paper*. Destinado aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico de Coimbra, participaram 112 crianças pertencentes ao Colégio de S. José e ao 2.º jardim-escola João de Deus. Este evento, patrocinado pelas empresas Tintas Robbialac, S.A., SMTUC, Dan Cake, Águas de Coimbra, Águas do Luso, Águas de Carvalhelhos e Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra, revelou-se um sucesso junto dos alu-



Percurso pelo centro histórico de Coimbra.

nos e professores participantes, que descobriram algumas das curiosidades que o centro histórico encerra. No final do evento, os alunos receberam um certificado de participação, livros, jogos e outras lembranças para recordarem este acontecimento.

EGC

Vila de Sintra anfitriã do XI Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial em 2011



Dias dos Reis

No decurso do X Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial, que se realizou no passado dia 14 de Setembro, em Quito, Equador, a vila de Sintra foi escolhida para acolher a próxima primeira, a realizar em 2011.

Esta vitória aconteceu graças aos votos favoráveis das Cidades Património Mundial dos países da Europa Ocidental, do Sul e Mediterrâneo, de África e Médio Oriente, América Latina, Caribe e Ásia, tendo a vila de Sintra conseguido suplantear a candidatura da cidade de Varsóvia, con-

tanto com 50 votos num total de 60. Além de Sintra e Varsóvia, mais seis cidades apresentaram candidaturas: Cracóvia (Polónia), Valparaíso (Chile), Malaca (Malásia), Cidade do México (México), Safranbolu (Turquia) e Willemstad (Curaçao, Antilhas Holandesas).

Fundada em 1993, a Organização das Cidades Património Mundial reúne cidades dos cinco continentes, que possuam no seu território um sítio inscrito pela UNESCO na Lista do Património Mundial. Estas são representadas pelos seus mandatários políticos e por especialistas na gestão do património. O congresso reúne, a cada dois anos, promovendo a discussão de temas em comum e a partilha de experiências.

EGC

Mais informações:

<http://www.ocpmquito.org>

Umbelino Monteiro, S. A. celebra 50.º aniversário

No dia 30 de Outubro, a Umbelino Monteiro, S. A., empresa especializada no sector das telhas cerâmicas, solenizou cinquenta anos de história. O evento decorreu na Quinta de Santo António do Freixo, nas Cortes, em Leiria, contando com a presença de 230 convidados. Estes foram recebidos pela Dr.^a Teresa Monteiro, directora-geral da empresa, e Fons Peeters, presidente do Conselho de Administração do Etex Group, multinacional proeminente na área dos materiais de construção, que a Umbelino integra desde Maio de 2007. O evento assinalou os cinquenta anos de actividade, investigação e desen-



José Augusto Marques

volvimento de novos produtos, bem como o investimento em tecnologias de ponta, que permitem à Umbelino responder à demanda de um mercado cada vez mais competitivo. Na sequência da integração no grupo Etex, a Umbelino Monteiro disponibiliza no mercado novos produtos, como as telhas solares Solesia ou as placas de cimento reforçado. Os seus produtos marcam presença em construções de referência, tais como o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro de Alcobaça, o edifício da Cordoaria Nacional e o Castelo de Leiria.

EGC

A Sé de Lisboa e o Programa Cheque-obra



<http://cidadaniaiaix.blogspot.com>

Recentemente, a Sé de Lisboa foi protagonista de uma lamentável intervenção que danificou uma das pedras do portão norte. O Fórum Cidadania denunciou esta situação que revela, no mínimo, o desrespeito pelos órgãos que tutelam as actividades de conservação e restauro, dado que nem o IGESPAR nem a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) autorizaram os trabalhos em questão. Esta situação seria anedótica se não revelasse a

lamentável incúria que atinge o nosso património de norte a sul do País e a que nem mesmo a Sé de Lisboa, Monumento Nacional, escapa...

O Programa Cheque-obra de Recuperação do Património Classificado, implementado pelo Ministério da Cultura, irá permitir o avanço dos trabalhos de recuperação na Sé. O cheque-obra doado pela Somague, que ascende a 360 mil euros, possibilitará a intervenção, que se iniciará pela consolidação e restauro da torre norte. A participação da Somague integra um plano de intervenção que contempla, igualmente, o seguimento das escavações arqueológicas e a reposição dos claustros.

"Através deste Programa [Cheque-obra de Recuperação de Património Classificado], as empresas do sector da construção civil e das obras públicas detentoras de alvará das classes 7, 8 e 9, com as quais o Ministério da Cultura celebre acordos de doação plurianuais e às quais



<http://cidadaniaiaix.blogspot.com>

*o Estado ou um concessionário público adjudique uma obra pública de valor igual ou superior a 2,5 milhões de euros, efectuem o donativo em espécie (em obra) aplicado no projecto de recuperação de um imóvel classificado, em valor equivalente a 1% do preço total de cada empreitada que lhes seja adjudicada."*¹

EGC

⁽¹⁾ www.governo.gov.pt

Actividades para miúdos e graúdos

Neste número especialmente dedicado às crianças, a Agenda acompanha a linha editorial e divulga algumas actividades a realizar com os netos, filhos, sobrinhos...



O programa de actividades de 2009/2010 propõe um conjunto de visitas, jogos e ateliês. O património cultural, a arquitectura do monumento e a evolução do espaço envolvente são essenciais ao projecto, destinado ao público escolar e pré-escolar.

- **"A primeira visita"** - visita para dar a conhecer alguns aspectos da História do Monumento, a sua ligação com o Mar e as Viagens de Descobrimento.

- **"Visita encenada"** - percurso dinâmico animado por pequenas recriações históricas de factos e personagens associados ao tema dos Descobrimentos Portugueses.

Informações:

Avenida de Brasília
1400-038 Lisboa
Tel.: 213 031 950 . Fax: 213 031 957
E-mail: padraodosdescobrimentos@egeac.pt
www.padraodosdescobrimentos.blogspot.com

Museu e Parque de Serralves

O programa de Natal, de 21 a 31 de Dezembro, convida os mais novos, dos quatro aos doze anos, a participar num conjunto de actividades que potenciam a aprendizagem, a capacidade de expressão, a criatividade e a experiência de trabalho em grupo.

- **"Natal ecológico"** - transformando objectos que já não usamos e de materiais recolhidos nos jardins de Ser-

ralves, os participantes recriam novas formas que irão aplicar a uma árvore de Natal, como enfeites ecológicos.

- **"Oficina dos porquês"** - através de jogos as crianças desvendam perguntas como "Porque é que não conseguimos calcar a nossa sombra?!".

Informações:

Rua D. João de Castro, n.º 210
4150-417 Porto
Tel.: 226 156 500 . Fax: 226 156 533
E-mail: ser.educativo@serralves.pt
www.serralves.pt

Museu da Luz

O programa de actividades para 2009/2010 é destinado aos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, bem como ao ensino secundário e universitário.

- **"Que histórias nos contam os objectos?"** - observação, exploração e identificação de objectos arqueológicos e etnográficos.

- **"Splash!"** - com as regras do Jogo da Glória, sobre um tabuleiro gigante e sendo os peões os próprios alunos, é desenvolvido um jogo de avanço e

recoo que explora o tema da água e da sua importância vital.

- **Oficina de retrato** - oficina de experimentação plástica.

- **"À descoberta do Grande Lago"** - passeio de barco no lago do Alqueva, partindo à descoberta dos antigos lugares submersos.

Informações:

Largo da Igreja de N.ª Sr.ª da Luz
7240-100 Luz Mourão
Tel.: 266 569 257 . Fax: 266 569 264
E-mail: infomuseudaluz@edia.pt
www.museudaluz.org.pt

SEGURANÇA NOS AMBIENTES CONSTRUÍDOS

Acções em Janeiro e Fevereiro!

Inscreva-se já!
21 884 41 07

WORKSHOP (7h) - Novas Normas
SEGURANÇA NOS ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO
Que piso escolher? Areia ou piso sintético?
Qual é a altura máxima de queda permitida?

SEMINÁRIO (2h)
ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E SEGURANÇA INFANTIL
Que dimensões devem ter as guardas de varandas?
Que características deve ter uma vedação para piscinas?

Não perca mais tempo e aposte em Formação de qualidade!
Inscrições abertas para Lisboa, em Janeiro e Fevereiro.

Contacte a APSI
Tel: 21 884 41 07
formacao@apsi.org.pt
www.apsi.org.pt

GECORPA marca presença na Concreta 09



Como tem vindo a ser tradição, o GECORPA esteve presente com um stand na edição deste ano da Concreta (Exponor). Neste espaço, foram disponibilizadas informações diversas sobre os objectivos e actividades do Grémio e das suas empresas associadas. O GECORPA organizou, ainda, no último dia da feira, o seminário "Qualificação e prática na reabilitação do património". Estiveram presentes cerca de 150 pessoas, maioritariamente jovens, que tiveram uma activa participação no evento. A sessão foi apresentada pelo engenheiro Filipe Ferreira, membro da direcção do GECORPA,

e teve como oradores o engenheiro Vítor Cóias, Presidente do GECORPA, o professor Aníbal Costa da Universidade de Aveiro, a arquitecta Teresa Novais da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, a arquitecta Ângela Melo da Direcção Regional de Cultura do Norte, a arquitecta Cristina Costa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o professor Arlindo Begonha da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o professor Paulo Lourenço da Universidade do Minho e a arquitecta Paula Silva da Direcção Regional de Cultura do Norte.

As comunicações versaram diferentes aspectos da reabilitação, tendo sido apresentados estudos de caso, assim como reflexões sobre o futuro do sector. No encerramento do seminário foi destacada a importância da qualificação dos recursos humanos das empresas que se dedicam à conservação do património e a necessidade destas possuírem uma adequada estrutura organizativa, como condições essenciais para o sucesso das intervenções, face à sua elevada especificidade metodológica e tecnológica.

RSB

12.º Aniversário do GECORPA



Assinalou-se em Outubro mais um aniversário do GECORPA, associação empresarial sem fins lucrativos que tem vindo a afirmar-se em defesa das boas práticas nas áreas da reabilitação do edificado e da conservação do património arquitectónico, procurando agregar as empresas deste sector e defender os seus interesses.

As várias iniciativas do GECORPA – sobretudo os colóquios e conferências nacionais e internacionais, o Prémio GECORPA e a publicação ininterrupta da revista *Pedra & Cal*, têm contribuído para promover a qualidade e o rigor das intervenções. Passados doze anos, persistem – se é que não se agravaram – as razões que levaram à fundação da associação e mantêm-se os objectivos iniciais por que ela se bate:

- Cooperação na defesa de interesses comuns das empresas, de um melhor ordenamento do sector e, em particular, de uma adequada regulação do mercado;
- Formação e informação especializadas e promoção das boas práticas;
- Contributo cívico para o progresso da Sociedade e do País, em defesa do património arquitectónico e, por extensão, do património natural.

EGC

Fórum AR&PA sobre “A Economia do Património Cultural na Europa”

O Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, acolheu, no passado dia 26 de Outubro, o II Fórum AR&PA sobre “A Economia do Património Cultural na Europa”, organizado pela Junta de Castela e Leão em parceria com IGESPAR, e que teve por objectivo analisar, com os agentes do sector em Portugal, a linha de actuação contida na “Carta de Bruxelas”.

O II Fórum estabeleceu como prioridades a realização de planos de tra-

balho para impulsionar o papel crescente da cultura na economia, nomeadamente, o estabelecimento de indicadores e a compilação e a análise das melhores práticas. Teve, igualmente, o propósito de firmar uma cooperação, em matéria de património cultural, entre o IGESPAR e a Junta de Castela e Leão. O GECORPA foi representado pelo seu presidente, Vítor Córias, que participou nesta iniciativa, ao lado de representantes de

entidades culturais de Portugal, Espanha, França, Itália e Noruega.

A organização aproveitou o evento para divulgar, entre os participantes, a VII Feira do Restauro e Gestão do Património “Sociedade e Património” que se assume como um lugar de encontro e debate entre os profissionais do sector, a realizar, de 11 a 14 de Novembro de 2010, em Valladolid, Espanha.

EGC

NÃO ESTRAGUEM O MEU PATRIMÓNIO

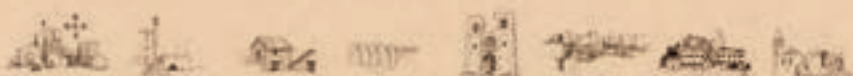
Com o Manual de Educação em Património Arquitectónico é mais fácil e divertido compreender o conceito de património.



Kit “Não estraguem o meu património!”

Ofereça este manual pedagógico aos nossos miúdos, os adultos de amanhã, eles vão apreciá-lo nesta época especial de partilha!

Concebido a pensar nos mais pequenos, é constituído por dez fichas de texto e jogos educativos. Redigido numa linguagem simples e adequada às crianças, tem por objectivo estimular para a necessidade da preservação do património arquitectónico, de forma descontraída e lúdica.



Disponível na livraria virtual do GECORPA, em www.gecorpa.pt

Centros Históricos e Vida Contemporânea

Decorreu, no dia 6 de Novembro, o ciclo de conferências “Centros Históricos e Vida Contemporânea”, no Auditório do Metropolitano de Lisboa, promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), em colaboração com o ICOMOS-Portugal. Esta iniciativa teve por objectivo fomentar a reflexão sobre as metodologias a desenvolver nas acções de reabilitação nos centros históricos, optimizando a relação custo-benefício nas intervenções. Focaram-se quatro aspectos das intervenções em centros históricos: a reabilitação de edifícios, a reabilitação de conjuntos urbanos, os aspectos técnico-profissionais e as políticas e promoção.

Os intervenientes provieram de vários organismos e entidades: universidades, empresas, IHRU, LNEC, IGESPAR, Ordem dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros, Turismo do Douro, Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e Sociedades de Reabilitação Urbana.

Em representação do GECORPA foi orador o seu presidente, Vítor Cóias, que interveio no painel “Aspectos técnico-profissionais”, realçando o contributo da reabilitação e da conservação do património para a sustentabilidade e a necessidade de adequar o quadro legislativo e regulamentar do sector. Abordou, igualmente, o “Programa Cheque-obra”, destacando os riscos que envolve se não forem utilizados critérios de qualidade na selecção das empresas que executam as intervenções realizadas ao abrigo deste programa.

Vítor Cóias lembrou que o GECORPA tem vindo a desenvolver um sistema de qualificação para o sector, recentemente apresentado ao IGESPAR, e insurgiu-se, a propósito, contra a admissão a concurso, pelo IGESPAR, para intervenções em monumentos nacionais, de empresas sem a necessária qualificação.

EGC

GECORPA e APCA celebram protocolo de parceria no âmbito de um seminário conjunto



Teve lugar, no passado dia 14 de Novembro, no Palácio dos Marqueses de Fronteira, em Lisboa, o seminário “A Qualidade nas Intervenções de Conservação, Reabilitação e Valorização das Casas Antigas”.

Esta iniciativa conjunta da Associação Portuguesa das Casas Antigas (APCA) e do GECORPA teve o propósito de sensibilizar para o papel das casas antigas (CA) enquanto fonte de memória histórica, promover a qualidade/economia dos projectos de conservação e reabilitação das CA e divulgar programas de financiamento.

Uma sala cheia acolheu os intervenientes, estando a abertura a cargo de D. Fernando Mascarenhas, 12.º Marquês de Fronteira e vice-presidente da APCA. Seguiu-se a apresentação do projecto “Ruin’Arte”, do fotógrafo Gastão Brito e Silva, que denunciou, através da fotografia, a degradação do nosso património arquitectónico. A comunicação seguinte, pela voz do ex-Ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro, focou o património cultural enquanto fonte de desenvolvimento. Na sequência, Alexandre Bettencourt, director da APCA, salientou os benefícios na manutenção da ligação histórica e patrimonial entre as CA e os seus proprietários, ao invés da generalização de projectos visando “recuperações totais” ou a construção de “hotéis de charme”.

Em relação às intervenções de conservação e reabilitação propriamente ditas, ouvimos Vítor Cóias, presidente do GECORPA, sublinhar a importân-

cia da qualificação dos agentes intervenientes, as vantagens da reabilitação (aos níveis económico, cultural e ambiental), bem como a sua especificidade dos pontos de vista metodológico e tecnológico. Por sua vez, Luís Mateus, director da Monumenta, Ld.ª, realçou conceitos e critérios que devem orientar as intervenções, apresentando exemplos concretos de reabilitação pouco intrusiva de edifícios antigos. Finalmente, os interessados nesta problemática foram informados, pela directora da divisão de planeamento da Tecninvest, Alexandra Mendonça, sobre os programas de incentivo ao investimento e de financiamento a que os proprietários de CA podem recorrer para as intervenções de conservação e reabilitação.

As conclusões deste encontro ficaram a cargo de Hugo O'Neill, presidente da APCA, que enfocou o desconhecimento de muitos dos assuntos abordados, por parte dos proprietários que, sem uma estrutura de apoio como a APCA, não acedem à informação disponível.

O seminário terminou com a assinatura de protocolos de parceria entre a APCA e o GECORPA e entre a APCA e a Tecninvest. O GECORPA e a APCA acordaram apoiar reciprocamente as suas actividades e colaborar em acções de formação e divulgação dos princípios, metodologias, requisitos e tecnologias conducentes à qualidade nas intervenções de conservação e reabilitação das CA.

EGC

Destaques

	<p>Manual de Educação em Património Arquitectónico Autor: Vítor Cóias, Catarina Valença Gonçalves (texto); João Carlos Farinha, Marcos Oliveira (ilustrações)</p> <p>Uma obra desenvolvida a pensar nos mais novos, que partiu da consciência de que a sensibilização das novas gerações é uma das formas mais eficazes de assegurar a preservação do património. Constituído por 10 fichas de texto e jogos educativos, o Manual está redigido numa linguagem simples, objectiva e adequada às crianças, procurando estimular a sua sensibilidade, levando-as a reconhecer, apreciar e defender o património arquitectónico.</p>	Edição: GECORPA Preço: € 10.00 Código: GE.M.1
	<p>Biografia de um Pombalino. Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa Autor: João G. Appleton, Isabel Domingos</p> <p>A chamada construção pombalina representa uma fase excepcional de afirmação da arquitectura e da engenharia, ainda mais porque se associa a um vasto movimento que se seguiu à pior catástrofe natural que atingiu o país. A determinação dos homens que pensaram e desenharam a reconstrução da cidade de Lisboa permitiu um facto quase único na vida nacional: as ideias, os planos e os projectos atravessaram gerações e mudanças de poderes mantendo a essência durante mais de cem anos. Depois, a bondade das soluções adoptadas foi sendo demonstrada pela forma como os edifícios pombalinos se foram ajustando à modernidade e pelo modo como resistiram a todos os excessos devidos a utilizações inadequadas e a alterações absurdas.</p>	Edição: Edições Orion Preço: € 36.00 Código: OR.E.7
	<p>Monsaraz. Reconstruir a memória Autor: Ana Paula Amendoeira</p> <p>Este estudo sobre o século XX em Monsaraz mostra-nos como foi sendo construída a imagem desta vila alentejana e do seu território. Os mitos e as ideias feitas, a invenção da tradição, a recriação do “paraíso perdido” e a patrimonialização das últimas décadas, são questões aprofundadas e clarificadas nesta obra. Uma investigação exaustiva sobre a desconhecida história recente de Monsaraz e também um recurso para o seu futuro.</p>	Edição: Colibri Preço: € 15.00 Código: COL.E.7
	<p>Obras Públicas em Moçambique. Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961 Autor: André Faria Ferreira</p> <p>“Ampliando o conhecimento que temos hoje do universo arquitectónico moderno, e partindo de alguns trabalhos anteriores, André Ferreira realiza um importante e necessário trabalho de inventariação, arriscando uma contextualização crítica organizada a partir de uma temática funcional que privilegia os programas habitacional e institucional através do estudo sistemático dos equipamentos de função administrativa, religiosa, educativa, hospitalar e de transportes. Assumindo a forma de inventário crítico e apresentando um representativo conjunto de obras, a publicação em boa hora deste trabalho, permite divulgar junto de especialistas, interessados e público em geral, uma primeira caracterização deste universo, ao mesmo tempo que lança bases para posteriores trabalhos de maior desenvolvimento.”</p> <p style="text-align: right;">Ana Tostões</p>	Edição: Edições Universitárias Lusófonas Preço: € 35.00 Código: EUL.E.2

Outros títulos à venda na Livraria GECORPA

<p>Revista Monumentos n.º 29 Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica</p> <p>Autor: Vários Autores</p> <p>Edição: IHRU Preço: € 25.00 Código: IHL.PP.1</p> 	<p>Algarve: castelos, cercas e fortalezas</p> <p>Autor: Natércia Magalhães</p> <p>Edição: Letras Várias Preço: € 35.00 Código: LV.C.1</p> 	<p>Recuperação da Casa Sanches</p> <p>Autor: António José de Santa-Rita</p> <p>Edição: Edições Universitárias Lusófonas Preço: € 21.00 Código: EUL.E.3</p> 
<p>Sismos e Edifícios</p> <p>Autor: Vários Autores</p> <p>Edição: Edições Orion Preço: € 63.00 Código: OR.E.5</p> 	<p>Paredes de Edifícios Antigos em Portugal</p> <p>Autor: Fernando F. S. Pinho</p> <p>Edição: LNEC Preço: € 48.00 Código: LNE.7</p> 	<p>Sistemas de Gestão da Qualidade</p> <p>Autor: Abel Pinto, Iolanda Soares</p> <p>Edição: Edições Sílabo Preço: € 16.80 Código: SIL.G.1</p> 

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt.
 Faça a sua encomenda por e-mail (info@gecorpa.pt) ou online na Livraria Virtual.

Os associados do GECORPA e os assinantes da Pedra & Cal têm 10% desconto.*

* excepto nas promoções e nas revistas Pedra & Cal



CD-ROM Pedra & Cal
- 5 Anos (1998 - 2003)
€ 10



**Promoção de 4 números da
Pedra & Cal à sua escolha**
€ 12

Assinatura anual da Pedra & Cal



Novo preço de assinatura - **€ 20**
Assinatura anual de estudante - **€ 17**

**Pedra
& Cal**

Traga um novo assinante
e receba como oferta



Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro
do património na Europa ou o Manual de Educação
Patrimonial para crianças

Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 25, 26 e 27 encontram-se esgotados.

Assinaturas

- ☐ Assinatura anual de 4 números da *Pedra & Cal* - € 20 (portes incluídos)
☐ Assinatura anual de estudante de 4 números da *Pedra & Cal* - € 17 (portes incluídos; mediante envio de cópia de documento comprovativo de estudante)
Assinatura a partir do n.º ____

Promoções

- ☐ "Traga um novo assinante" e receba como oferta o ☐ Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa ou o ☐ Manual de Educação Patrimonial para crianças
☐ CD-ROM *Pedra & Cal* - 5 Anos (1998 - 2003) - € 10 (acresce € 1,20 de portes de envio)
☐ 4 números da *Pedra & Cal* à sua escolha, n.ºs ____, ____, ____, ____ - € 12 (acrescem € 2,50 de portes de envio; promoção válida para os números anteriores a 2008)

Boletim de Assinatura

Nome _____
Endereço _____
Código Postal _____ - Localidade _____
Telefone _____ E-mail _____
N.º contribuinte _____ Actividade / Profissão _____

Modalidade de pagamento

- ☐ NIB: 0033 0000 0022 8202 78305 (Agradecemos o envio do comprovativo de pagamento por e-mail ou fax)
☐ Cheque à ordem de GECORPA, n.º _____, sobre o Banco _____

Promoção "Traga um novo assinante"

Preencha o boletim de assinatura com os dados do novo assinante e indique aqui os seus dados:

Nome _____
Endereço _____
Código Postal _____ - Localidade _____
Telefone _____ E-mail _____

Fotocopie este cupão e envie-o preenchido para:

GECORPA . Rua Pedro Nunes, n.º 27 - 1.º Esq.º, 1050 - 170 Lisboa . E-mail: info@gecorpa.pt . Fax: 213 157 996

Esperança

(ou a arte de ver muitos filmes)

Acontece sempre. Em tempos obscuros, recidos pelas incertezas da humanidade, como os que vivemos, a atenção do mundo vira-se para as crianças. Quando tudo falha, nada mais resta do que a confiança num futuro diferente, já só possível se operado pela geração seguinte. E, se já é difícil de imaginar, a materialização de um futuro assim apresenta-se-nos *impalpavelmente*... gasosa.

No campo da defesa do património arquitectónico, edificado, artístico (e por aí fora), a doutrina não diverge. Nesta passagem de século legislaram-se mais medidas anti-corrupção do que nos restantes séculos somados. Do combate pela ética, deontologia e moralização geral, empreendido em favor da transparência, resta apenas o absurdo. Vagas de políticos, uns após outros, guincharam aos microfones infinitos decibéis de "retomas de confiança", "perspectivas de futuro" e "desbravar de novas fronteiras". Tudo falhou neste *Estado a que chegámos*. As más práticas estão a tal ponto enraizadas que qualquer melhoria das políticas públicas e privadas só é possível recorrendo à substituição integral do motor da sociedade: nós.

Quando, um dia, o país emergir da profunda crise em que se afunda, as crianças de hoje terão crescido o suficiente para governar o que restar do Estado e a matriz mental sobre a qual, embrionariamente, edificam hoje a sua individualidade deverá integrar noções valiosas de património. O conceito, de resto, tende a dilatar-se aos temas globais relacionados com a gestão dos recursos futuros, como o património genético ou o património ecológico. Contudo, acredito que haverá

sempre um cantinho do coração para o património edificado... dependendo sempre da agudização de factores mais importantes, como a água potável.

Com este regime a agonizar esbatem-se os critérios e confundem-se os conceitos, de tão empobrecidos que já se encontram. Há anos que venho escrevendo a alertar para este problema que não parece muito importante mas é a base. Por exemplo, quando o conceito associado à palavra cego foi convenientemente decretado *politicamente incorrecto*, ficámos forçados a lançar alertas do tipo: - "O governo é invisual", o que ninguém entende porque não quer dizer coisa nenhuma. Nos anos oitenta cheguei a pensar que assistir à desvitalização de edifícios ("tirar o miolo", nas palavras de um conhecido arquitecto cujo nome omitirei) era um mal necessário - uma espécie de ritual bárbaro de passagem - que tínhamos de suportar para evoluir para um conceito mais abrangente de Reabilitação de Património Edificado (como o que se praticava, em toda a Europa, desde o pós-guerra) e que salvaguardasse, sempre que possível, os interiores históricos. Pelo contrário, verifico que a moda do *fachadismo* voltou revitalizada. Andou tudo para trás porque a "malta" não se interessa. De resto, devo acrescentar que a iliteracia generalizada não lhes deixa grande margem para raciocínios, muito para além do futebol e demais temas que lhes impingem.


Quando, na semana passada, sugeri a uma arquitecta da Câmara Municipal de Lisboa que a este ritmo de incompreensão, arruinaremos o património de Lisboa em poucos anos, a resposta foi fulminante - "*Está a ver muitos*

filmes", disse ela. Explico aos alunos que esta arquitecta não é má, simplesmente ignorante. Prisioneira de uma imensa caverna platónica, tudo para ela é um filme. Ela é, em suma, o produto acabado de uma subcultura disfuncional.

As crianças tendem a compreender isto melhor que os adultos. É por isso que o futuro da "conservação do património arquitectónico, da reabilitação e do edificado", e de tudo o resto, passa pela educação das nossas crianças. Só que as crianças tendem a aprender pelo exemplo dos adultos, o que transforma tudo o que aqui foi exposto numa "pescadinha de rabo na boca". Por isso, caros amigos, Esperança, é também a palavra que escolho para o

Fim.

Recomendações alusivas ao tema deste número: vale a pena levar as crianças a visitar o Palácio Nacional de Sintra, na vila de Sintra. No [site www.ippar.pt/monumentos/palacio_sintra.html](http://www.ippar.pt/monumentos/palacio_sintra.html) poderá consultar toda a informação necessária de horários, preços de bilheteira e actividades (crianças até aos 14 anos não pagam).

Também uma recomendação para o Museu da Cidade, instalado no Palácio Pimenta em Lisboa, que está de parabéns porque fez 100 anos, no passado dia 15 de Julho. Através do [site www.museudacidade.pt](http://www.museudacidade.pt), poderá marcar uma visita apoiada pelo Serviço de Animação e Pedagogia. 

ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto

GRUPO I - Projecto, fiscalização e consultoria



A. da Costa Lima, Fernando Ho, Francisco Lobo e Pedro Araújo - Arquitectos Associados, Ld.ª
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Estudos especiais.



Betar - Estudos e Projectos de Estabilidade, Ld.ª
Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.



LEB - Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, Ld.ª
Projecto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.



PENGEST - Planeamento, Engenharia e Gestão, S. A.
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, consultoria e fiscalização.



Trimétrica Engenharia, Lda
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.

GRUPO II - Levantamentos, inspecções e ensaios



ERA - Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, S. A.
Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios. Levantamentos.



OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade de Estruturas e Fundações, Ld.ª
Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III - Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



Alfredo & Carvalhido, Ld.ª
Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



AOF - Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Ld.ª
Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



Arquinave - Sociedade de Construções, S. A.
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



BEL - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A.
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



Coberplan, Ld.ª
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Construções Borges & Cantante, Ld.ª
Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



CVF - Construtora de Vila Franca, Ld.ª
Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.



EL&A - Edificadora Luz & Alves, Ld.ª
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.







Empripar - Obras Públicas e Privadas, S. A.
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



In Situ - Conservação de Bens Culturais, Ld.ª
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.

	<p>Matias & Ávilas, Ld.^a Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.</p>		<p>MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Conservação e reabilitação de património arquitectónico. Conservação de rebocos, estuques e pinturas.</p>
	<p>Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.</p>		<p>NaEsteira - Sociedade de Urbanização e Construções, Ld.^a Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.</p>
	<p>Policon - Construções, S. A. Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.</p>		<p>Poliobra - Construções Cívicas, Ld.^a Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.</p>
	<p>Quinagre Construções, S. A. Construção de edifícios. Reabilitação. Consolidação estrutural.</p>		<p>Somafre - Construções, S. A. Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.</p>
	<p>Somague - Engenharia, S. A. Serviço de Engenharia Global - Obras Públicas e Construção Civil.</p>		<p>STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A. Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.</p>
	<p>Somague - Engenharia, S. A. Serviço de Engenharia Global - Obras Públicas e Construção Civil.</p>		<p>Somague - Engenharia, S. A. Serviço de Engenharia Global - Obras Públicas e Construção Civil.</p>

GRUPO IV - Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais

	<p>ONDULINE - Materiais de Construção, S. A. Produção e comercialização de materiais para construção.</p>	
	<p>Tintas Robbialac, S. A. Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.</p>	
	<p>Umbelino Monteiro, S. A. Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitectónico e construções antigas</p>	

Para mais informações sobre os associados GECORPA, as suas actividades e os seus contactos, visite a rubrica "associados" no nosso sítio www.gecorpa.pt.

Terrorismo regulamentar

Diz-se, ciclicamente, que Portugal tem demasiados edifícios classificados (temos apenas cerca de 700 “monumentos nacionais”). Comparando com os 400 000 edifícios classificados e mais de 9 000 *Conservation Areas* da Grã-Bretanha, vemos a estreiteza dessa opinião.

Portugal classifica poucos objectos, pouquíssimos conjuntos, quase nada do que se refere a “Património Urbano”. Todos querem inscrever os nossos “Centros Históricos” na Lista do Património Mundial, mas ninguém assume as consequências da conservação (e o mínimo, por lei, é declarar esses conjuntos como “Monumentos Nacionais”); poucas das nossas paisagens são protegidas e classificadas como “culturais”.

O paradoxo está em que nós, portugueses, não consideramos as nossas cidades antigas e o território como um fabuloso recurso estratégico para a economia de serviços que todos os políticos dizem ser o futuro!

Ao contrário da França, que fez leis para proteger o litoral (*Loi du Littoral*), para assegurar a protecção e investir nas cidades (*Loi Malraux*) e paisagens históricas (*Loi des Paysages*), nós entregamos estes recursos a uma rápida delapidação.

Porquê? A razão essencial relaciona-se com nossa pouquíssima consideração pelas dimensões territoriais e urbanas, o nosso desconhecimento sobre o valor da arquitectura da cidade portuguesa. Por todo o mundo, escolhemos os mais belos lugares para construir as nossas cidades, soubemos como ninguém utilizar o *genius loci*, adaptar-nos aos contextos e circunstâncias topográficas, incrustar funcionalidades, desenhar

com o território poupando recursos e maximizando qualidades.

Mas, hoje, desconsideramos, nas nossas políticas territoriais, urbanísticas e patrimoniais, as escalas mais vastas, da cidade e das paisagens património, entregando-as ao atomismo dos interesses locais (no fim prático da REN e da RAN), não garantindo o interesse nacional, quanto mais o mundial.

Na segunda metade do século XX, escurramos com as periferias. Agora, com a crise ecológica e energética, regressamos em força aos centros antigos das cidades. Fazemo-lo com os métodos com que destruímos o território; com a mais selvagem das renovações, a mais imoral das arquitecturas: as fachadistas, i.e., que utilizam a fachada cadáver de antigos edifícios para encobrir vulgares construções, impedindo o nosso tempo de ter rosto.

Pior, mais do que mesquinhos interesses imobiliários, ameaçam hoje o nosso património antigo ou moderno, os apressados regulamentos que transcrevemos para o quadro nacional. No seminário Cidades Históricas e Vida Contemporânea (IHRU e ICOMOS -Portugal), apresentei as consequências da aplicação acrítica ao património urbano dos novos regulamentos térmicos, de segurança ao fogo, de acessibilidade. Chamei, em desespero, “Loucura Regulamentar” a um processo que considera (nos cálculos) as pedras dos vãos de uma fachada histórica como uma “ponte térmica”, destruindo o património azulejar, os esgrafitos e *stuccos*, para colocar ETIC’s. Não houve orquestração; i.e., quem cumpre um regulamento cai fora do outro; quem assegura todas as exi-

gências da fuga dos incêndios, escancara a casa à intrusão; a loucura de impor a edifícios históricos as exigências que se aplicam a um projecto *ex novo*.

O pior não chegou ainda, e referi a vontade de – perdida a mais eficaz das regras, a dos 45 graus – impor no RGEU a obrigatoriedade de cumprir TODAS as novas exigências quando a reabilitação ultrapassa 50% do custo de um edifício novo de área similar. Um atestado de morte aos edifícios que não são Monumento Nacional ou que não estejam dentro dos 50m “de protecção”; e eis como surge, de mansinho, a pior das renovações.

Quantas áreas urbanas temos nós classificadas como de interesse nacional? Faça o leitor uma breve pesquisa (no IPPAR ou no arquivo online SIPA), e ficará estarrecido: nem cidades inscritas como Património Mundial estão classificadas.

Ditas estas coisas não há retorno, esperava reacções difíceis de uma assistência culta e técnica; quando me interpelou o eng.º João Appleton – gelei (arrependendo-me, logo ali, de todos os excessos verbais de antes, de hoje) – e disse: «*Como é arquitecto, o Aguiar foi demasiado gentil... não é “Loucura” dos regulamentos, é TERRORISMO REGULAMENTAR!*»

NOTA

Nuno Teotónio Pereira sugeriu o meu nome para sua substituição na P&C; aceitei com uma só condição: devolver-lhe este espaço, logo que a sua saúde recupere!

JOSÉ AGUIAR,
Arquiteto

CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.



1. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
2. CAPELA NA BASE AÉREA N°1 - SINTRA
3. MORADIA EM SINTRA
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
5. EMBAIXADA DA SUÍÇA
6. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
7. ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO EM BENFICA
8. EMBAIXADA DA ALEMANHA



10 bons motivos

para a sua empresa se associar ao GECORPA



1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.



2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.



3 PUBLICAÇÕES

Revista Pedra & Cal. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECORPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista Pedra & Cal, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da Pedra & Cal. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.



6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECORPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECORPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.



8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECORPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 FORMAÇÃO

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.

